

Bastiat: meios, fins e as conexões entre setores

Fabio Barbieri
fbarbieri@usp.br

fragmento de

Barbieri, Fabio. *Escola Clássica Francesa: economia e estado*. Tese de livre-docência. Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2019.

Trataremos agora do mais importante economista da segunda geração da escola clássica francesa, Claude Frédéric Bastiat (1801-1850). A partir de elementos retirados de três autores que o influenciaram significativamente; a saber, Jean-Baptiste Say, Destutt de Tracy e Charles Comte, Bastiat compõe sua análise econômica.

Esse autor, porém, foi objeto de um fenômeno curioso, sem precedentes na história da disciplina: nunca houve outro escritor cujo status como economista teórico tenha sido negado explicitamente por tantos comentaristas. Assim como o economista mais importante da primeira geração da escola, Say, fora retratado como mero popularizador de Smith, Bastiat, o autor mais criativo da segunda geração, é representado apenas como um jornalista brilhante, conforme observamos na introdução deste trabalho.

Nesta seção, mostraremos que essa avaliação é fundamentalmente equivocada. Porém, como esse equívoco é bastante difundido, alteraremos um pouco a ordem usual de nossa exposição para apresentar logo de início uma avaliação da Economia de Bastiat, antes proceder com o exame mais detalhado de suas idéias.

Embora a leitura isolada de suas sátiras possa passar a sensação de que se tratam de meras ilustrações da teoria econômica clássica, a inspeção de sua obra como um todo revela que Bastiat não toma a teoria de seu período, em especial a doutrina da escola francesa, como algo dado, mas introduz alterações não negligenciáveis, alterações essas de caráter decididamente teóricas.

Bastiat desenvolve em sua obra uma teoria econômica na qual mudanças nas variáveis econômicas e propostas de política econômica são avaliadas em termos de seus impactos em todos os setores da economia, em vez de se limitar aos efeitos em um mercado isolado. Como a relação entre os esforços produtivos e a utilidade resultante desses esforços se encontra no centro de sua teoria, o autor rastreia sistematicamente os custos de oportunidade das políticas econômicas, o que permite que se faça um exame delas em termos da consistência entre os meios e fins propostos.

Esse esquema explanatório de Bastiat parte do famoso capítulo sobre os mercados contido no *Tratado* de Say e o fundamenta em termos da praxiologia desenvolvida por Destutt de Tracy. Isso significa que por trás das variações nos preços, encontramos sempre uma análise expressa em termos dos diferentes usos dos recursos tendo em vista os propósitos dos agentes. Uma

inovação técnica ou uma abertura comercial, por exemplo, ao reduzir a quantidade de meios necessários para se obter um mesmo fim (ou aumentar a quantidade destes últimos a partir da mesma quantidade dos primeiros) resulta em aumento de bem-estar e não em desemprego se contemplarmos as relações intersetoriais mediadas pelo sistema de preços. Se produzir a mesma quantidade de um bem requer localmente menos recursos, a redução do custo unitário e do preço permite que a demanda seja expandida para o atendimento de outras necessidades, em empreendimentos que empregam os recursos liberados anteriormente.

Os testes de exagero de um argumento encontrados nas sátiras de Bastiat, como as propostas de proibição de janelas para estimular a indústria de iluminação ou a proibição de trabalhar com a mão direita para estimular o emprego nada mais são do que exames de consistência interna de propostas em termos das relações entre meios e fins, que permitem representar falácias econômicas como verdadeiras máquinas de moto-perpétuo econômicas, que pretendem criar riqueza a partir de nada, ao se concentrar em benefícios localizados e ignorar nos demais setores os custos de oportunidades dos usos dos recursos.

Na obra de Bastiat, a difusão na sociedade dos efeitos benéficos de algo que aumenta a razão entre resultados e esforços é ainda retratado por meio de uma concepção dinâmica sobre o processo competitivo. Um progresso técnico ou o emprego de bem de capital implica, enquanto houverem necessidades não satisfeitas, realocação de esforço humano, localmente substituído por forças oriundas da natureza: a gravidade e o moinho fazem o trabalho antes feito pelos músculos. A redução dos custos proporcionados pela inovação inicialmente beneficia o empresário responsável pela sua introdução, até que em um segundo momento a competição pressiona o preço para baixo e desloca a vantagem da melhoria aos consumidores.

Considerando todos esses aspectos, a obra de Bastiat, embora baseada na tradição clássica, em especial na francesa, se move em direção à teoria moderna. É portanto surpreendente, como notamos no primeiro capítulo, que um autor como Schumpeter, entusiasta pela teoria de equilíbrio geral, não tenha apreciado nos escritos de Bastiat a) o deslocamento do foco analítico da produção de riqueza para o consumidor, b) o exame dos impactos de uma medida em todos os setores da economia, algo que caracteriza a abordagem de equilíbrio geral ou ainda c) a própria descrição de competição como um processo composto pela inovação empresarial seguida de imitação, que caracteriza a própria abordagem schumpeteriana.

As características notáveis do sistema teórico de Bastiat, no entanto, não se limitam a isso. Consideremos ainda alguns aspectos centrais de sua economia institucional, que trata de sistemas econômicos comparados. A comparação de Bastiat entre liberalismo, protecionismo e socialismo, além de tratar do contraste entre ordens espontâneas e planejadas em termos da complexidade inerente à coordenação das atividades econômicas, tal como no programa de pesquisa austríaco do século seguinte, também integra questões austríacas sobre conhecimento limitado e de escolha pública sobre auto-interesse dos agentes no exame nesses diferentes arranjos institucionais.

Na comparação institucional entre sistemas econômicos, além dos fenômenos de produção e da troca, a ação espoliadora, definida como violações da direitos de propriedade, também é explicada por Bastiat em termos do auto-interesse dos agentes, segundo a praxiologia derivada de Destutt de Tracy. Dessa forma, em vez de ser um desvio de moralidade, invocado

normalmente de forma *ad hoc*, a espoliação se junta à produção como alternativas de ação com retornos diferentes em um modelo de escolha sob instituições diversas. Sendo assim, o autor foi capaz de incorporar em sua economia teórica a análise histórica de Comte e Dunoyer.

Na obra de Bastiat, as considerações sobre o auto-interesse aplicado aos mercados políticos, que caracterizam a escola de escolha pública, são ainda integradas ao exame das consequências do conhecimento limitado dos agentes, tal como encontramos entre os economistas da escola austríaca. Ao tratar da dissociação entre os benefícios parciais, imediatos e concretos das políticas e seus custos difusos, posteriores e, portanto, não imediatamente rastreáveis às suas reais causas, Bastiat constrói um modelo econômico de escolha política capaz de explicar a popularidade e tenacidade de políticas ineficazes.

As análises citadas acima são todas contribuições de natureza teórica desenvolvidas por Bastiat. Mas para que possamos concluir nossa avaliação geral da obra do autor, devemos tratar das limitações de suas teorias. O principal problema que podemos encontrar diz respeito à sua teoria do valor. Para Bastiat, os valores acordados em trocas livres resultam da equivalência entre serviços prospectivos, isto é, envolvem opiniões sobre o próprio trabalho poupado no futuro ao adquirir pela troca algum objeto.

Bastiat percebe algumas das limitações da teoria do valor trabalho e pretende conferir à sua própria explicação um caráter subjetivo, ao mencionar a dependência do valor das opiniões dos agentes. Pretende além disso utilizar explicação sobre o fenômeno do valor que seja prospectiva e não algo relativo a custos passados. Pretende ainda que a valoração reflita a importância dos bens para os agentes. Apesar de tudo isso, a palavra “serviço”, o termo que o autor utiliza para representar a causa última do valor, na verdade diz respeito a todos os fatores que influenciam os preços. Sendo assim, não é oferecida uma teoria nova, que identifique uma causa subjacente ao fenômeno do valor. Na prática, na maioria de seus usos, a teoria do autor se refere ao trabalho poupado pela troca, assim como a teoria de Say apela aos custos competitivos no longo prazo em contexto de equilíbrio parcial.

A equivalência entre valores trocados, que encontramos neste trabalho desde Say, tem em Bastiat a mesma função teórica encontrada na obra de Dunoyer e Comte: fornecer um critério de justiça empregado na teoria da exploração desenvolvida por esses autores para distinguir as ações produtivas das espoliadoras. Do mesmo modo, a identidade entre valores nas trocas voluntárias é utilizada por Bastiat como ferramenta para combater a tese socialista de que os preços de mercado envolvem exploração no que diz respeito à remuneração de proprietários de terra e capital: para Bastiat, todo valor reflete apenas serviços trocados. Mas, ao adotar teoria que dissocia a noção de valor da utilidade dos bens e que na prática coincide com a teoria do valor trabalho, Bastiat é forçado a negligenciar em sua teoria a relevância das situações nas quais o preço não converge para os custos, em especial em monopólios não causados por restrições legais. Independente dos usos dados pelo autor à teoria do valor, o pressuposto de igualdade de valores nas trocas, como em Say, limita na obra de Bastiat o desenvolvimento da teoria subjetiva do valor.

Diante desse breve apanhado da obra de Bastiat, estamos em condições de avaliar a alegação que nega ao autor o status de economista teórico. Em primeiro lugar, Bastiat não é apenas um jornalista: sua obra faz referência, utiliza e contraria discussões teóricas puras derivadas de

Quesnay, Turgot, Condillac, Smith, Say, Tracy, Storch, Ricardo, Malthus, Senior e outros. De forma mais fundamental, por mais que alguém possa não apreciar as contribuições de Bastiat, os escritos do autor claramente são organizados em torno de uma concepção teórica com elementos próprios. De fato, não é verdade que essas contribuições apenas repetem a doutrina clássica. Pelo contrário, Bastiat talvez seja o autor que mais se distancie do cânone do classicismo francês, talvez por não ser professor acadêmico, mas um escritor independente. Seus textos, por exemplo, ridicularizam o foco na produção em detrimento do consumidor que caracteriza a economia clássica. Seu enfoque, pelo contrário, se aproxima da abordagem moderna, expressa em termos da relação entre meios e fins. Por fim, a lista de elementos teóricos encontrados na obra de Bastiat que listamos acima e que incidentalmente reaparecem nas teorias modernas dificilmente seria compatível com o retrato de um mero divulgador científico.

Talvez a apreciação de que o autor não seja um teórico decorra de um fenômeno comum até hoje na profissão do economista, segundo o qual o leitor costuma identificar como teoria apenas a abordagem que valoriza. As contribuições teóricas notáveis de Bastiat, de fato, pertencem a teorias até hoje não incorporadas totalmente no *mainstream* da profissão, a saber, a economia da política.

Os elementos teóricos do pensamento de Bastiat destacados na nossa avaliação se manifestam em vários de seus textos, embora seja compreensível que o leitor familiarizado apenas com uma ou duas de suas sátiras não seja capaz de identificá-los. Uma circunstância da vida do autor, porém, talvez se relacione com isso: a corrida de Bastiat contra a morte prematura. A maior parte de sua obra data dos últimos cinco anos de sua vida e Bastiat não teve condições de completar o tratado que sistematiza sua teoria, intitulado *Harmonias Econômicas*.

Antes de examinar mais de perto suas idéias, consideremos antes sua biografia¹. Bastiat nasceu em Bayonne, cidade francesa situada ao sul da França, próxima da fronteira com a Espanha. Órfão aos nove anos de idade, passa para a tutela de seu avô paterno, que possuía propriedade em Mugron. Bastiat foi criado por uma tia, Justine Bastiat.

Depois de iniciar seus estudos em sua cidade natal, prossegue por um ano no colégio de Saint-Sever e por fim é enviado em 1815 ao colégio de Sorrèze. Completos seus estudos, trabalha na casa de comércio de seu tio. A partir de 1824 trava contato com as obras dos economistas, em especial Smith, Say e Tracy. Com a morte de seu avô, se muda para a propriedade em Mugron, onde se divide entre a agricultura e a leitura do *Tratado de Legislação* de Comte. Sua predileção pelos estudos o leva a se tornar juiz de paz e membro do conselho municipal da localidade.

Em 1844 envia ao *Journal des Economistes* um artigo contra o protecionismo, intitulado *Da Influência das Tarifas Francesas e Inglesas sobre o Futuro dos dois Países*. O sucesso do texto resulta na demanda por mais artigos e o consequente envolvimento de Bastiat em questões políticas e econômicas. Seu primeiro livro trata de Cobden e a Liga Anti-Lei dos Cereais. Em

¹ Dados bibliográficos foram extraídos dos verbetes do Dicionário e do Novo Dicionário de Economia Política: Coquelin e Guillaumin (ed.) (1852) e L. Say (ed.) (1900). Para uma biografia do autor, ver Roche (1971).

pretende demonstrar a emergência de uma ordem ou organização social próspera e harmônica. A segunda parte trata dos temas econômicos mais debatidos em seu tempo, como os efeitos do uso de máquinas na produção industrial. A terceira parte trata da aplicação da mesma teoria desenvolvida na primeira parte; isto é, de explicação econômica que considera os mesmos agentes auto-interessados, agora atuando sob arranjos institucionais alternativos, nos quais os direitos de propriedade seriam predominantemente violados. Como resultado, a harmonia social seria substituída, como consequência não intencional dos defensores desses arranjos, pela atividade de espoliação como forma dominante de interação econômica. Finalmente, seguindo a tradição de Storch, na última parte são discutidas as relações entre a economia e temas de disciplinas comumente excluídas do escopo da teoria econômica pela tradição plutológica, tais como ideologia, moral e direito.

A introdução e o primeiro capítulo das *Harmonias Econômicas* tratam justamente da discussão fundamental sobre seu referencial teórico calcado em instituições comparadas, algo que em Smith se situa na quarta parte da *Riqueza das Nações*. Sua leitura refuta a interpretação bastante comum segundo a qual Bastiat, ao falar em harmonias sociais, empreenderia uma defesa ingênua do *status quo*, fundamentada na bondade do homem e no uso de argumentos religiosos.

A questão central colocada no início do livro (p. 4) indaga de fato se as relações humanas seriam fundamentalmente harmônicas ou antagônicas. A pergunta tem origem tanto nas teses pessimistas derivadas das teorias de Ricardo e Malthus, quanto do advento das teses socialistas, que situam nos mercados as causas da pobreza. Bastiat, por seu turno, como liberal, acredita que a origem da pobreza se encontra em causas políticas, relacionadas à ação do estado.

Dado o conflito de interpretações identificadas pelo autor, encontrar uma resposta implica em análise de sistemas comparados. De fato, para Bastiat (p. 12), a questão é saber se nas sociedades existe ou não liberdade. Isso nos leva naturalmente ao problema da definição dos sistemas alternativos.

Com o desenvolvimento do socialismo, as economias do período serão identificadas com o conceito de capitalismo. Mas, na tradição clássica, a mesma realidade é tratada como um sistema inicialmente denominado mercantilismo (Smith, Say), mais tarde descrito como sistema caracterizado pela expansão do poder central (Dunoyer) e no século vinte como intervencionismo (Mises).

Bastiat (p. 260) protesta contra a acusação de que os economistas ignorariam a miséria e se contentariam com os fatos estabelecidos. Sendo assim, rejeita a identificação da expressão *laissez faire* com inação, que possui conotação de defesa do *status quo*:

Quando dizemos: *laissez faire*, obviamente queremos dizer: permitir que essas leis funcionem; e não: deixai perturbar a operação dessas leis. De acordo com a conformidade ou violação dessas leis, o bem ou o mal são produzidos. Em outras palavras, os interesses dos homens são harmoniosos, desde que cada homem permaneça dentro de seus direitos, ...²

3

² *Quand nous disons: laissez faire, apparemment nous entendons dire: laissez agir ces lois, et non pas: laissez troubler ces lois. Selon qu'on s'y conforme ou qu'on les viole, le bien ou le mal se produisent; en d'autres termes, les intérêts sont harmoniques, pourvu que chacun reste dans son droit,...*

³ O mesmo argumento sobre o significado de *laissez faire* pode ser encontrado em Bastiat (1864b, p. 29).

Na concepção de mundo liberal esposada por Bastiat, a harmonia resulta da ausência de interferência em sistema caracterizado por instituições particulares, definidas pela garantia de direitos de propriedade e não pela sua antítese, como escravidão, privilégios, monopólios legais e demais formas de exploração descritas, por exemplo, por Constant, Say, Comte e Dunoyer. Em diversos pontos de sua obra, Bastiat enfatiza o condicional: harmonias, dado que existem instituições apropriadas.

Sob esse ponto de vista, as instituições presentes em uma sociedade não são identificadas automaticamente com um sistema econômico particular, como se fossem características inerentes e inevitáveis desse sistema. Segundo essa ótica, as instituições de uma dada sociedade podem variar segundo diversas dimensões, como sua natureza mais ou menos centralizada, se aproximando ou afastando assim dos “tipos ideais” que definem os sistemas econômicos. Bastiat (p. 539) adere a esse ponto de vista, como revela por exemplo sua observação de que existe um continuum de centralização em sistemas econômicos concretos:

Mas o que realmente observamos é que os serviços públicos ou ações do governo aumentam ou diminuem de acordo com o tempo, lugar ou circunstâncias, do comunismo de Esparta ou das missões do Paraguai ao individualismo dos Estados Unidos, com a centralização francesa como um ponto intermediário ao longo do caminho.⁴

Sendo assim, sistemas rivais são apenas tipos abstratos usados para classificar e analisar sociedades reais.

A interpretação equivocada alternativa, que atribui a Bastiat defesa das instituições vigentes, encontra algum suporte devido ao defeito inerente à dicotomia natural versus artificial, dicotomia essa utilizada pelo autor em seu primeiro capítulo para definir os sistemas sob comparação. Como aponta Hayek (1982, p. 20), a distinção grega entre natural e artificial não deixa espaço para uma terceira categoria de fenômenos, justamente aquela aplicável a muitos dos fenômenos estudados pelas ciências sociais, que são fruto da ação, mas não da intenção humana (A. Ferguson), que emergem por processos evolutivos. Ao tratar a ordem social baseada em propriedade privada como “natural”, Bastiat convida ao equívoco mencionado acima.

De fato, ao contrastar economistas e socialistas, defensores de sistemas econômicos diferentes, Bastiat (p. 6) afirma que os primeiros utilizam o método científico, baseado em observação, ao passo que os segundos procedem apenas pela imaginação: “Os economistas observam o homem, as leis de sua natureza e as relações sociais que derivam dessas leis. Os socialistas imaginam uma sociedade fantasiosa e então concebem um coração humano para se adequar a essa sociedade.”

Embora essa opinião não seja inconsistente com a abordagem institucional comparada, que supõe uma natureza humana constante, isto é, não definida completamente pelo meio e procede comparando a ação dos homens em arranjos institucionais diferentes, permitindo assim que se compare o funcionamento das economias de Esparta e do Paraguai, a citação acima

⁴ *En fait, nous voyons les services publics ou l'action gouvernementale s'étendre ou se restreindre selon les temps, les lieux, les circonstances, depuis le communisme de Sparte ou des Missions du Paraguay, jusqu'à l'individualisme des États-Unis, en passant par la centralisation française.*

compreensivelmente pode induzir ao contraste entre o que é e o que poderia ser, que por sua vez levaria a identificação do que existe com um sistema econômico teórico particular.

A despeito da ambiguidade inerente à dicotomia empregada, a maneira como Bastiat apresenta o contraste entre, por um lado, ordens descentralizadas, baseadas em liberdade e respeito à propriedade privada e, por outro, ordens baseadas em hierarquia, se assemelha em muitos pontos com o próprio referencial utilizado por Hayek, herdeiro da tradição de estudo da auto-organização na sociedade, tradição essa que se manifesta pelo menos desde o iluminismo escocês e que no presente caracteriza o estudo interdisciplinar de sistemas complexos.

O tema da mão invisível smithiana é elaborado por Bastiat a partir da descrição da complexidade inerente à cooperação existente nos mercados sob o grau de divisão do trabalho já obtido no século dezenove. Sua ilustração da complexidade do sistema econômico se assemelha à descrição dos fatores produtivos envolvidos na produção de um lápis feita mais tarde por Leonard Read (2015) e popularizada por Milton Friedman. Em vez de um lápis, Bastiat (1864a, p. 25) descreve uma peça de vestuário:

Todos os dias, quando ele se levanta, ele se veste; e ele próprio não fez nenhum dos numerosos artigos de sua vestimenta. Agora, para que todas essas peças de roupa, por mais simples que sejam, estejam disponíveis para ele, uma enorme quantidade de mão de obra, indústria, transporte e invenções engenhosas foram necessárias. Americanos tiveram que produzir o algodão; indianos, o corante; franceses, a lã e o linho; brasileiros, o couro; e todos esses materiais tiveram que ser enviados para várias cidades para serem processados, fiados, tecidos, tingidos, etc.⁵

Levando em conta todos os bens e serviços envolvidos nesse processo, o propósito da primeira parte do livro, segundo Bastiat (p. 28), é explicar como pode surgir um padrão de cooperação social entre estranhos, sem que ninguém entenda os detalhes de seu funcionamento, de modo que o padrão de trocas e produção não seja fruto de ação legislativa consciente.

Aquilo que Hayek chama de ordem espontânea dos mercados é ainda descrito por Bastiat (1863a, p. 95) em outro texto, que indaga como seria possível alimentar Paris. Como explicar a interação de um milhão de pessoas vivendo naquela cidade, já que “ultrapassa a imaginação” a diversidade e quantidade de bens que lá entram e saem continuamente sem que ocorra caos e sem que alguém controle conscientemente o processo?

A teoria econômica utilizada para Bastiat para descrever esse fenômeno será examinada nesta seção, ao passo que a descrição dos sistemas econômicos rivais será deixada para a próxima. O instrumental teórico utilizado pelo autor é herdado da escola clássica francesa. O próprio autor, no início de seu primeiro livro (1864b, p. 2), lista de modo algo macabro os autores que mais o influenciaram: “Sim, se este livro pudesse penetrar sob a pedra fria que cobre Tracy,

⁵ *D'abord, tous les jours, en se levant il s'habille, et il n'a personnellement fait aucune des nombreuses pièces de son vêtement. Or, pour que ces vêtements, tout simples qu'ils sont, soient à sa disposition, il faut qu'une énorme quantité de travail, d'industrie, de transports, d'inventions ingénieuses, ait été accomplie. Il faut que des Américains aient produit du coton, des Indiens de l'indigo, des Français de la laine et du lin, des Brésiliens du cuir ; que tous ces matériaux aient été transportés en des villes diverses, qu'ils y aient été ouvrés, filés, tissés, teints, etc.*

Say e Comte, acredito que os ossos desses ilustres filantropos iriam se contorcer de alegria no túmulo.”⁶

A economia que Bastiat desenvolve a partir do trabalho desses autores desloca o foco dos meios para os propósitos da atividade econômica. Um dos fundamentos teóricos centrais das *Harmonias Econômicas* é de fato a filosofia de Condillac, tal como aplicada à Economia por Destutt de Tracy. Reagindo contra o recrudescimento da tendência plutológica de privilegiar a produção, fenômeno que encontramos sobretudo nas obras de Comte, Dunoyer e Blanqui, Bastiat recoloca no centro da teoria econômica a praxiologia empirista de Destutt de Tracy. Bastiat (p. 386) lamenta que o consumo seja tópico secundário, colocado no final dos manuais de economia e, provavelmente se referindo a Rossi, ironiza certo professor que suprimiu a parte do consumo de seu curso, pois trataria de questão moral, não econômica. Bastiat (p. 74), em contraste, afirma que a Economia “tem como seu sujeito o homem, considerado do ponto de vista de seus desejos e dos meios pelos quais ele pode satisfazê-los”.

A análise parte da noção de percepção sensorial – as dores, desejos, necessidades, preferências e apetites humanos. Como em Tracy, as sensações são dados últimos, não sendo portanto errôneas, por definição. O julgamento humano, pelo contrário, quando exercido sobre as comparações e escolhas, é sujeito a erros e reavaliações.

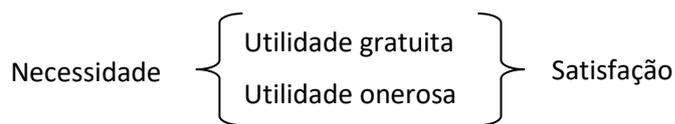
A harmonia, ou seja, a coordenação que se obtém via mercados, para o autor não supõe moralidade ou intelecto superiores, mas resulta de processos de aprendizado (p. 64). Bastiat adota, portanto, uma perspectiva fundamentada na razão humana, mas, como teremos a oportunidade de corroborar por outros exemplos mais adiante, se trata de uma racionalidade falibilista, que enfatiza processos de eliminação de erros.

A ação, por sua vez, tem como propósito a satisfação dos objetivos propostos pelos agentes. Como Say, Bastiat (p. 53) também define utilidade de um bem como “tudo aquilo que realiza a satisfação de necessidades”. A tríade produção - distribuição - consumo adotada por Say, porém, é substituída por outra: necessidade - esforço - satisfação. Nas palavras do autor (p. 94): “Necessidade, esforço, satisfação: tal é o homem, do ponto de vista da economia.”

Nessa tríade, o termo “satisfação” substitui “consumo” uma vez que a destruição de um bem, importante na perspectiva plutológica, cede espaço para o fato mais significativo de que os propósitos da ação foram atingidos.

Considerando ainda a ação em sua concepção mais abstrata; ou seja, antes de supormos meios ou esforços específicos para satisfazer uma necessidade, tal como as trocas, Bastiat distingue dois tipos de fontes de utilidade: por um lado, podemos utilizar coisas úteis fornecidas gratuitamente pela natureza; por outro podemos obter algo útil através do esforço humano - físico e intelectual. Bastiat (p. 53) substitui então o elemento intermediário da tríade por essas duas fontes de utilidade:

⁶ *Oui, si ce livre pouvait pénétrer sous la froide pierre qui couvre les Tracy, les Say, les Comte, je crois que les ossements de ces illustres philanthropes tressailleraient de joie dans la tomb.*



Esse detalhamento exercerá um papel central na teoria do autor, pois nela o exame da ação racional inclui o conceito de progresso. Este progresso, parte dos planos dos homens para poupar esforços, é descrito (p. 54) como o processo de gradual substituição da utilidade onerosa pela gratuita. A adoção de uma nova tecnologia ou ferramenta faz com que o esforço físico dê lugar à ação da gravidade, energia térmica, pressão de gases e outras “utilidades gratuitas” que melhoram a razão entre resultados e esforços.

Esse ganho de produtividade, por sua vez, faz com que o esforço seja deslocado para outra atividade, para atender novos objetivos. Em relação a esse último elemento, é importante enfatizar que para Bastiat (p. 68) as necessidades humanas não são estáticas, mas progressivas. Isso é chamado pelo autor de “infinita elasticidade das necessidades”: o transporte a uma velocidade de sessenta quilômetros por hora, possível com a tecnologia do período, seria impensável dois séculos antes, de modo que a crença na constância das necessidades equivaleria (p. 76) a “entender mal a natureza da alma, negar os fatos, tornar a civilização inexplicável”.

Considerando agora que o homem vive em sociedade, o termo médio da tríade de Bastiat assume a forma de emprego de esforço para fornecer serviços para os demais. A complexidade do problema econômico em uma sociedade marcada por progressiva divisão do trabalho, por sua vez, se relaciona à dissociação entre meios e fins, pois cada um fornece meios para fins de pessoas que não conhece e cujos fins e capacidades tampouco são sabidos.

O conceito de serviço, como veremos mais adiante, é central em sua teoria do valor. Por isso, reproduzimos aqui a definição de Bastiat (p. 58) desse conceito: “Fazer um esforço para satisfazer o desejo de outra pessoa é realizar um serviço para ele. Se outro serviço é estipulado em troca, há uma troca de serviços; e, como essa é a situação mais comum, a economia política pode ser definida como a teoria da troca”.

Bastiat (p. 93) repete assim a fórmula de Destutt de Tracy, que identifica a sociedade com as trocas. Mas, a despeito da definição de economia como a ciência das trocas, não é correto aproximar o autor do referencial catalático que identificamos em Condillac. Assim como Say, Bastiat rejeita a tese de Condillac de que uma troca envolva dois ganhos, ou, em outros termos, rejeita a teoria subjetiva do valor.

Como Say, Bastiat não oferece objeções concretas à tese de Condillac. Sua crítica consiste na acusação de que a tese de que cada lado da troca cederia algo supérfluo por algo útil seria vazia de conteúdo e que a observação dos fatos revelaria alternativa melhor. De fato, para Bastiat (p. 101), as trocas seriam vantajosas por permitirem a união dos esforços e a obtenção dos ganhos com a divisão do trabalho e com a divisão dos recursos naturais, isto é, com a distribuição heterogênea destes no espaço. Sendo assim, as vantagens das trocas estariam do lado dos custos, não das utilidades.

As trocas apresentam vantagens e desvantagens. Por um lado, o uso da moeda, ao expandir o escopo das trocas, expande significativamente os ganhos derivados dos fatores listados no parágrafo acima, ganhos esses limitados pelos custos de realizar trocas (p. 115).

Contrariando a tese principal de Malthus, Bastiat acredita que o crescimento populacional gera reduções dos custos de transação, pelo maior adensamento populacional. Como Say, Bastiat percebe que mais oportunidades surgem em cidades grandes. Nos termos deste último, o crescimento populacional implica em aumento de utilidade gratuita pela aproximação, assim como uma melhoria no “maquinário comercial”: uma redução nos custos de transportes seria equivalente a reduzir a distância entre duas cidades. Além disso, teríamos o aspecto moral das trocas enfatizado pelo iluminismo escocês: sem trocas, o ganho de um indivíduo representa a perda de outro, dada a quantidade constante dos bens, ao passo que com o comércio o ganho de um representa ganhos dos demais, ao gerar oportunidades de aumento de produtividade.

A despeito da importância da moeda e das trocas para o avanço da civilização, a expansão desses instrumentos traz consigo uma desvantagem de ordem ideológica: o enfraquecimento da percepção, por parte da população, a respeito dos princípios de funcionamento da economia. Ou, em outros termos, podemos dizer que a expansão das trocas e do uso da moeda aumentam o grau de alienação sobre a utilidade desses mesmos instrumentos.

Na obra de Bastiat, essa ilusão é expressa pela dissociação entre os meios e os fins no esquema tripartite proposto pelo autor. Esse esquema é mais uma vez desdobrado, agora em 4 aspectos: necessidade – obstáculo – esforço – satisfação. A especialização faz com que um obstáculo, cuja remoção é uma boa notícia quando consideramos uma economia de Robson Crusoe, passe ser considerado uma má notícia em sociedade ou, de forma equivalente, a imposição de um obstáculo seja vista sob prisma favorável: a introdução de uma rede de pesca melhora a economia de Robson Crusoe, mas geraria desemprego entre os fabricantes de varas de pescar em sociedade.

A fonte das falácias econômicas, desse modo, residiria no uso de óticas parciais, baseadas no exame dos efeitos de uma medida econômica apenas em alguns setores, desconsiderando os efeitos na economia como um todo. Dessa forma, as explicações econômicas errôneas em geral dizem respeito à observação parcial de fenômenos econômicos reais, mas que são generalizados em falácias da composição.

Assim, para Bastiat (p. 135), “a verdade econômica é a visão completa, e o erro econômico é a visão parcial de troca.” Bastiat (p. 75) afirma o mesmo quando diz que:

A troca produz neste sentido uma ilusão da qual os melhores espíritos não sabem resguardar-se, e afirmo que a economia política alcança seu objetivo e cumpre sua missão quando demonstra definitivamente isso: o que é verdade sobre o homem é verdade sobre a sociedade. O homem isolado é ao mesmo tempo produtor e consumidor, inventor e empreendedor, capitalista e trabalhador; todos os fenômenos econômicos são realizados nele, e ele é como um resumo da sociedade. Da mesma forma, a humanidade, vista como um todo, é um homem

imenso, coletivo e múltiplo, para quem as verdades observadas na própria individualidade se aplicam exatamente.⁷

Ao leitor desatento a citação acima poderia sugerir que Bastiat incorre no mesmo erro que condena, mas a implicação bilateral sugerida entre homem e sociedade significa que, para se resguardar de erros, nenhum aspecto da análise econômica – necessidade – esforço – satisfação – pode ser deixada de lado pelo economista quando se transita entre as esferas individual e agregada.

Nesse aspecto, ao usar um referencial calcado na relação entre meios e fins, a economia de Bastiat se aproxima da teoria econômica moderna no que diz respeito a centralidade do problema alocativo quando se propõe a rastrear sistematicamente os custos de oportunidade de uma política ou alteração em alguma variável econômica.

As falácias econômicas originárias da observação de efeitos parciais dariam origem a uma espécie de “economia política invertida” (p. 211), da qual Sismondi seria seu maior representante, pois este autor teria demonstrado reservas contra tudo o que reduz os obstáculos que se interpõem entre as necessidades e sua satisfação, como o uso de bens de capital, o progresso técnico, as trocas e a competição.

A tese de que argumentos errôneos em Economia são sempre derivadas de análises parciais transformadas em falácias da composição é desenvolvida no artigo mais importante escrito pelo autor, intitulado *O que é Visto e o que não é Visto em Economia Política*. Nesse artigo, Bastiat explica a popularidade das políticas econômicas derivadas de análises parciais em termos da diferente visibilidade para o público dos benefícios e malefícios dessas políticas, o que dificulta a apreciação do custo de uma escolha.

Nesse artigo Bastiat (1863b, p. 336) argumenta que um ato, hábito, instituição ou lei apresenta em geral dois efeitos, sendo o primeiro favorável, imediato e facilmente associável à sua causa, ao passo que o segundo é desfavorável e se manifesta mais tarde, o que dificulta a identificação de sua origem.

Medidas como a defesa de restrições comerciais, projetos de obras públicas sem consideração pelos custos ou de subsídios a indústrias que empregam tecnologias obsoletas com o propósito de preservar algum tipo de emprego comumente se concentram em seus benefícios imediatos e visíveis. Bastiat (1863b, p. 365) salienta que o empresário beneficiado tipicamente enfatiza o multiplicador que seria gerado pelo gasto:

“Para cada cem quilos de ferro que eu entregar ao público, em vez de dez francos, receberei quinze. Eu me enriquecerei mais rapidamente; estenderei a exploração de minhas minas; empregarei mais homens. Meus funcionários e eu vamos gastar mais, para a grande vantagem de nossos fornecedores por quilômetros ao redor. Esses fornecedores, tendo um mercado maior, farão mais encomendas à indústria e gradualmente essa atividade vai se

⁷ *L'échange produit à cet égard une illusion dont ne savent pas se préserver les esprits de la meilleure trempe, et j'affirme que l'économie politique aura atteint son but et rempli sa mission quand elle aura définitivement démontré ceci: Ce qui est vrai de l'homme est vrai de la société. L'homme isolé est à la fois producteur et consommateur, inventeur et entrepreneur, capitaliste et ouvrier; tous les phénomènes économiques s'accomplissent en lui, et il est comme un résumé de la société. De même l'humanité, vue dans son ensemble, est un homme immense, collectif, multiple, auquel s'appliquent exactement les vérités observées sur l'individualité même.*

espalhar por todo o país. Essa peça bem-aventurada de cem *sous* que você deixará cair nos meus cofres, como uma pedra jogada em um lago, fará com que um número infinito de círculos concêntricos irradie por grandes distâncias.” (BASTIAT, 1863b, p. 365)⁸

Contudo, para Bastiat, o que distingue o bom economista dos demais seria a capacidade de transcender o ganho visível e imediato da medida e incluir em sua análise as consequências desfavoráveis em outros setores da economia e em outros períodos de tempo: “... todas as indústrias estão inter-relacionadas. Eles formam uma vasta rede na qual todas as linhas se comunicam por canais secretos” (p. 375).

Em essência, a análise bastiatiana aponta para uma assimetria fundamental entre benefícios e malefícios associados à medida proposta: é fácil identificar os primeiros, é possível entrevistar quem ganha com a medida, ao passo que os efeitos negativos podem apenas ser imaginados, de forma que o reconhecimento da sua existência requer poder de abstração maior, sendo considerado apenas pelo economista e não pelo leigo.

Fenômeno análogo ocorre com o conceito de custo de oportunidade: escolhida a opção A, a alternativa B deixa de existir, podendo apenas ser imaginada⁹. No caso da análise de Bastiat, comparar os efeitos positivos e negativos da alternativa A também envolve comparação de algo concreto com algo imaginado. Não podemos especificar concretamente o que os agentes fariam com seus recursos, mas apenas apontar que existem necessidades insatisfeitas, de modo que algum outro gasto seria feito. No exemplo mencionado acima, Bastiat não deixa de considerar os elementos faltantes de sua tríade: se com a restrição comercial o produtor de ferro passasse a receber quinze em vez de dez francos, isso deve ser comparado com a situação anterior na qual a sociedade adquire a mesma quantidade de ferro com dez francos e ainda cinco com, digamos, um livro, de forma que teríamos o mesmo gasto com uma quantidade maior de bens. A diminuição da renda disponível após a aquisição do ferro causada pelo seu encarecimento seria também como uma pedra que deixa de ser jogada no lago, com os mesmos efeitos.¹⁰

A assimetria entre benefícios e malefícios de uma medida de política econômica que encontramos no artigo de Bastiat tem importância fundamental para a análise da economia da política. Existem dois aspectos dessa assimetria que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, temos o descasamento temporal entre consequências favoráveis e desfavoráveis. Nesse ponto, o argumento é análogo aos problemas tratados pela moral: a bebedeira antecede a ressaca. Do mesmo modo, o fato de que os benefícios antecedem os malefícios influenciam as escolhas na direção que privilegia o curto prazo. Em segundo lugar, a observação concreta dos

⁸ *Pour chaque quintal de fer que je livrerai au public, au lieu de recevoir dix francs, j'en toucherai quinze, je m'enrichirai plus vite, je donnerai plus d'étendue à mon exploitation, j'occuperai plus d'ouvriers. Mes ouvriers et moi ferons plus de dépense, au grand avantage de nos fournisseurs à plusieurs lieues à la ronde. Ceux-ci, ayant plus de débouchés, feront plus de commandes à l'industrie et, de proche en proche, l'activité gagnera tout le pays. Cette bienheureuse pièce de cent sous, que vous ferez tomber dans mon coffre-fort, comme une pierre qu'on jette dans un lac, fera rayonner au loin un nombre infini de cercles concentriques.*

⁹ Ver, por exemplo, Buchanan (1999).

¹⁰ Seria anacrônico exigir que Bastiat considere efeitos de curto prazo causados pelas expectativas, que exigiriam qualificações em seu raciocínio. Mas a análise de Bastiat, assim como a de Say, não diziam respeito a fenômenos de curto prazo. Mas, se nos permitirmos esse tipo de anacronismo, seria também legítimo afirmar que a crítica de Bastiat a generalização de análise parcial antecipa o argumento a favor da microfundamentação da macroeconomia.

benefícios e a imaginação, abstrata, dos malefícios adiciona outra razão que explica a popularidade de medidas econômicas ineficazes, derivada da dificuldade de associar os malefícios às políticas que os geraram.

Para Bastiat (p. 337), existiriam apenas dois professores que ensinam como evitar esse tipo de erro: a experiência e a antevisão, sendo que o primeiro ensina de forma mais bruta, porém mais eficaz. No plano pessoal, isso se aplica. Na avaliação de políticas econômicas, porém, podemos dizer que o efeito da antevisão, através do emprego de concepções teóricas adequadas, atua de forma bem mais tênue sobre a opinião pública.

A consideração dessa segunda assimetria nos permite classificar Bastiat na tradição de economia da política que não se limita a explicar a persistência de políticas ineficazes a partir apenas da ação do auto-interesse aplicada às escolhas públicas. Dada a dificuldade de associar os malefícios de uma política à sua causa real, abre-se espaço para o estudo das consequências não intencionais da ação bem-intencionada.

O exame das consequências não intencionais encontrado em Bastiat será muito caro à análise austríaca no século seguinte. Permite, por exemplo, explicar como uma política ineficaz possa sobreviver justamente por causa de sua ineficácia, quando a adoção de alguma medida gera efeitos deletérios não identificados, cujo acúmulo convida a mais medidas da mesma natureza. Já nos deparamos algumas vezes nos autores franceses com esse efeito acumulativo, descrito por Mises (2010) em sua crítica ao intervencionismo, quando por exemplo estudamos a análise de Condillac sobre a tentativa de Turgot de liberalizar o mercado de trigo.

Bastiat, com efeito, enfatiza em seus escritos que as políticas que critica com tanta ênfase têm origem em iniciativas bem-intencionadas. Em seu *Sofismas Econômicos*, Bastiat (1863a, p. 47) afirma que o “protecionismo é muito popular para que seus aderentes sejam considerados insinceros”. A mesma declaração se encontra na primeira página da mesma obra:

Eu não sou daqueles que dizem que os defensores do protecionismo são motivados pelo interesse próprio. Em vez disso, acredito que a oposição ao livre comércio repousa sobre erros, ou, se preferir, sobre meias verdades. Um número muito grande de pessoas teme a liberdade para [justificar a hipótese de] que essa apreensão não seja sincera.¹¹

A conjunção desse pressuposto de boas intenções com a dificuldade de detecção de efeitos deletérios de políticas econômicas caracteriza de fato a análise de Bastiat das consequências não intencionais da ação nas suas críticas ao socialismo e intervencionismo. Estes últimos, vistos como sistemas, serão examinados na seção seguinte. Agora, porém, examinaremos alguns exemplos extraídos dos *Sofismas Econômicos* apenas para ilustrar a aplicação que o autor faz do referencial teórico sistematizado no início de suas *Harmonias Econômicas*.

Para Bastiat (1863a, p. 2) os protecionistas teriam uma vantagem, pois “para falar meia verdade bastam poucas palavras”. Essa vantagem será desafiada pelo autor através de suas sátiras encontradas nos *Sofismas Econômicos*. Esses textos curtos, didáticos e muitas vezes

¹¹ *Je ne suis pas de ceux qui disent: La protection s'appuie sur des intérêts. — Je crois qu'elle repose sur des erreurs, ou, si l'on veut, sur des vérités incomplètes. Trop de personnes redoutent la liberté pour que cette appréhension ne soit pas sincère.*

humorísticos, que deram a Bastiat sua fama, refletem diretamente o referencial teórico exposto acima. A maioria desses textos efetua desse modo um teste de consistência das crenças e políticas econômicas criticadas, em relação à sua perspectiva teórica fundada na relação entre meios e fins.

No início de seu livro de sofismas (1863a, p. 8), encontramos novamente a explicação que já nos deparamos sobre a existência das falácias: em uma economia de Robson Crusoe, ninguém rejeitaria algo que remova obstáculos, mas com a introdução das trocas e da moeda, separam-se entre os indivíduos os meios dos fins; as atividades de produtor se dissociam do consumidor. Agora, sob a perspectiva parcial, a remoção de um obstáculo passa a ser considerada desvantajosa: a cura de uma doença diminuiria a renda de um médico. Nesse sentido, Bastiat (p. 9) afirma que “enquanto produtores, devemos admitir, cada um de nós mantém esperanças que são antissociais”.

Para que se possa detectar os erros inerentes à generalização desse tipo de percepção, Bastiat emprega seu teste de consistência, que denomina (p. 9) “teste de exagero”. Nesses experimentos mentais, as alegações são exploradas até suas últimas consequências por meio de exageros. Esse teste permite que o erro básico, que confunde obstáculos com os propósitos da ação, os meios com os fins, é desnudado. Se exagerarmos as pretensões de produtores e consumidores, aumentando respectivamente a escassez e a abundância de bens, apenas no segundo caso teríamos algo compatível com uma sociedade mais rica, ao passo que no primeiro caso teríamos que concluir que um homem é rico quando tudo lhe falta.

Na argumentação de Bastiat, devemos recordar, a lógica da ação humana desenvolvida por Destutt de Tracy é aplicada à análise que Say em seu capítulo sobre os mercados. Essa aplicação utiliza a hipótese de que as necessidades humanas não são fixas, o que equivale a dizer que as pessoas têm necessidades insatisfeitas. Sendo assim, uma melhora na eficiência de um processo produtivo ao mesmo tempo barateia a produção e desloca recursos para a provisão de novas necessidades, em vez de permanecerem desempregados. A generalização da tese oposta, pelo experimento do exagero, exige a justificação de cenários progressivamente mais implausíveis, como a persistência da não percepção de oportunidades derivada de recursos não utilizados cada vez mais abundantes e necessidades cada vez mais urgentes insatisfeitas.

Talvez o artigo mais conhecido desse livro seja *A Petição dos Fabricantes de Velas*. Os produtores do setor de iluminação solicitam as autoridades a proibição da atuação de um concorrente externo que opera com custos menores. A proibição da concorrência traria o efeito benéfico de estimular a produção e emprego local, devido à atuação de um efeito multiplicador de rendas. Mas o concorrente, no caso, seria o próprio sol e a petição solicita a interdição do uso de janelas, frestas, cortinas e tudo que permita a passagem da luz. Ora, se alguém é favorável a proibição de um concorrente externo que opere com metade dos custos internos, a coerência lógica exigiria que essa pessoa defenda ainda com mais entusiasmo o bloqueio a um concorrente que opera a custo nulo.

A Equalização das Condições de Produção, para o autor (p. 28), faria sentido em uma corrida de cavalo, na qual a competição é em si o meio e o fim. Se tomarmos o sistema econômico, por

outro lado, cujo propósito é o bem-estar, não teria sentido colocar obstáculos a obtenção menos custosa dos fins.

A mesma confusão entre meios e fins é criticada em *A Estrada de Ferro Negativa*: se a linha entre Bayonne e Paris devesse ter uma parada em Bordeaux apenas por causa dos estímulos locais ao comércio e produção gerado pelas compras dos passageiros forçados a parar nessa cidade, o trem deveria ser obrigado a parar em todos os pontos intermediários, inviabilizando seu propósito, que é o transporte.

Em *Uma Imensa Descoberta*, Bastiat ridiculariza a inconsistência existente entre a defesa da construção de uma estrada e de um aumento de tarifas alfandegárias, pois isso equivaleria a substituição de um obstáculo artificial por um natural. Em ainda outro artigo, estabelece a equivalência entre progresso técnico e comércio internacional. O erro dos críticos à substituição setorial do trabalho manual pelo mecânico e do trabalho local pelo estrangeiro é atribuído a mesma falácia de considerar efeitos imediatos e setoriais, não as consequências totais. O processo de crescimento econômico é caracterizado pelo barateamento contínuo, substituição e redireção de esforços; ou, em outros termos, obtenção de mais satisfações a partir da mesma quantidade de esforço.

Em *Os Dois Machados*, um carpinteiro escreve a um ministro que por acaso também é um empresário de uma indústria protegida da competição. Considerando a dificuldade maior em impor restrições à competição no serviço de carpintaria, o trabalhador solicita a proibição de machados afiados na França, que logicamente é consistente com a a defesa da restrição comercial que protege o empresário. Usando apenas machados cegos, a quantidade de trabalho demandada e renda aumentariam.

Em *A Mão Esquerda e Direita*, propõe-se a proibição de trabalhar com a mão direita para estimular a indústria e o emprego. Nesse artigo, Bastiat (p. 258) combate o seguinte silogismo: quanto mais alguém trabalha, mais rico fica; quanto mais dificuldades tiver que superar, mais trabalha; ergo, quanto mais dificuldades houverem, mais rico ele se torna. Na sátira de Bastiat (p. 261), a medida teria como efeito a garantia do trabalho feminino diante da concorrência existente no setor têxtil:

Mas assim que sua nova lei for promulgada, assim que todas as mãos direitas forem cortadas ou amarradas, as coisas mudarão. Vinte vezes, trinta vezes mais bordadeiras, passadeiras, costureiras, fabricantes de roupas e camisas não bastarão para atender o consumo do reino (vergonha para quem pensa mal disso), sempre assumindo, como antes, que a demanda permanece constante.¹²

Novamente, considerando os efeitos totais, uma redução pela metade da produtividade acompanhada pelo dobro do emprego gera a mesma produção total, de forma que o salário deveria se reduzir de acordo.

¹² *Mais sitôt que votre ordonnance aura paru, sitôt que les mains droites seront coupées ou attachées, tout va changer de face. Vingt fois, trente fois plus de brodeuses, lisseuses et repasseuses, lingères, couturières et chemisières ne suffiront pas à la consommation (honnei soit qui mal y pense) du royaume ; toujours en la supposant invariable, selon notre manière de raisonner.*

Nesse artigo, encontramos mais uma vez o problema enfrentado por Turgot e analisado por Condillac: uma vez conferido um privilégio, é muito difícil removê-lo pela atuação daqueles cuja renda depende da restrição a competição. Na sátira de Bastiat (p. 261), vinte anos depois da lei da mão direita, “sonhadores utópicos”, isto é, os economistas, quererão abolir a lei, demandando liberdade para a mão direita. Os opositores, por sua vez, argumentam que a reforma não será possível sem atrapalhar a vida de todos e o sistema vigente seria bom pois não pode ser destruído sem causar sofrimento. Esses sonhadores são acusados então de se basear em princípios que não foram testados pela experiência.

Por fim, nossa visita aos sofismas econômicos estudados por Bastiat deve ainda mencionar a questão dos “princípios” mencionados no parágrafo anterior. Como os sofismas teriam origem em observação parcial dos fenômenos econômicos e, em última análise, seriam caracterizados pela desconsideração dos interesses do homem como consumidor, seus proponentes acusam os economistas de adesão doutrinária a sistemas.

Bastiat, em diversos pontos de sua obra, critica o que hoje costumamos chamar de uso *ad hoc* das explicações. Em mais um capítulo de seus *Sofismas*, intitulado *Teoria e Prática*, Bastiat (p. 73) argumenta que não existe explicação que não utilize teoria. As explicações difeririam apenas entre aquelas teorias que fazem menção a fatos particulares em contraste com aquelas que consideram efeitos totais, segundo a distinção metodológica que estudamos no segundo capítulo deste trabalho.

Em outro ponto da mesma obra (p. 20), a crença dos protecionistas e homens práticos de que em assuntos econômicos não haveriam princípios absolutos é atribuída ao caráter inconsistente de seus argumentos. De fato, se a crítica de Bastiat consistir de fato em casos de *reductio ad absurdum*, os argumentos criticados seriam inconsistentes e naturalmente apelariam para a ausência de princípios universais. Em *O que é Visto...* Bastiat (1863b, p. 370-371) afirma precisamente isso:

Em um caminho falso, há sempre inconsistência; se assim não fosse, a humanidade seria destruída. Nós nunca vimos e nunca veremos um falso princípio realizado completamente. Eu já disse em outro lugar: a inconsistência é o limite do absurdo. Gostaria de acrescentar: é também a sua prova.¹³

Com isso, terminamos de explorar as consequências dos aspectos da obra de Bastiat que dependem da relação entre meios e fins no contexto das interdependências entre todos os setores da economia. Para que continuemos a exposição da Economia desenvolvida pelo autor, é necessário abordar sua teoria do valor, que nos leva de volta às *Harmonias Econômicas*.

No quinto capítulo desse livro, Bastiat propõe uma teoria do valor derivada de Say, mas ainda assim distinta da teoria deste último. Para Bastiat, o valor dos bens diz respeito à igualdade entre os serviços que cada um presta ao outro em trocas voluntárias.

¹³ *Dans une fausse voie on est toujours inconséquent, sans quoi on tuerait l'humanité. Jamais on n'a vu ni on ne verra un principe faux poussé jusqu'au bout. J'ai dit ailleurs: l'inconséquence est la limite de l'absurdité. J'aurais pu ajouter: elle en est en même temps la preuve.*

Para entender a teoria do valor desenvolvida por Bastiat, precisamos identificar seu principal uso. Isso, por sua vez, requer a menção a outro autor cuja obra exerceu significativa influência sobre Bastiat; a saber, Charles Comte. Este, assim como Dunoyer, desenvolveu uma interpretação da história em termos do conflito entre indústria e exploração. A versão de Comte dessa interpretação privilegia a noção de direitos legítimos de propriedade, cuja aquisição não envolve violência. Bastiat, como veremos na próxima seção, incorporará a distinção entre os dois tipos de atividade, definidas em termos de respeito ou não aos direitos de propriedade, em sua Economia institucional, que comparará os sistemas liberal, intervencionista e socialista.

A teoria do valor utilizada por Bastiat terá seu principal uso nessa comparação. Nela, as trocas consideradas legítimas serão definidas em termos da equivalência entre serviços trocados, ao passo que a atividade exploradora será identificada como uma discrepância entre valores trocados. Daí a rejeição da teoria alternativa, esposada por Condillac e a desconsideração pelos avanços nessa teoria empreendidos por Storch e Rossi.

Essa escolha, pautada pelo uso principal dado a teoria, entrará em conflito com outro subconjunto de características da Economia da escola clássica francesa, em especial a fundamentação da análise do autor em termos da relação entre meios e fins. Esse conflito se manifesta em uma tensão na teoria do valor de Bastiat, que ao mesmo tempo reconhece algumas limitações da teoria do valor dada pelos custos, mas que não avança em direção à teoria marginalista. Na prática, o valor é explicado por Bastiat pela quantidade de trabalho em contexto de equilíbrio parcial, com alguns toques subjetivistas, como a ênfase no caráter prospectivo do valor: o preço se relacionaria ao trabalho que seria poupado caso o agente pretendesse produzir a mesma coisa no futuro. Como resultado, argumentaremos que a teoria do valor “serviço” proposta pelo autor, ao buscar englobar todos os aspectos que influenciam os preços das mercadorias tomadas em isolamento, acaba por sua vez se tornando uma teoria vazia de conteúdo, uma vez que não identifica uma explicação consistente sobre a causa do fenômeno do valor. Vejamos como Bastiat apresenta sua teoria.

Bastiat (1864a, p. 143) rejeita teorias valor baseadas em utilidade porque esta não é uma grandeza apreciável, ao passo que valor exigira comparação e medida. Essa alegação é consistente com a interpretação que fornecemos acima, segundo a qual a escolha da teoria é influenciada pelo seu uso e esse uso justifica trocas em termos de igualdade dos valores envolvidos. Bastiat (p. 145) enuncia dessa forma sua teoria do valor: “Por isso, digo: Valor é a relação existente entre dois serviços que foram trocados”.

Procuramos em vão em sua obra uma definição mais precisa de “serviço”. Como vimos anteriormente (p. 58), serviço é definido como a realização de um esforço para satisfazer desejo de outra pessoa. Porém, o conceito não se identifica completamente nem com o esforço, nem com a satisfação ou ainda com alguma relação específica entre essas duas coisas. Assim como Say, Bastiat adota uma teoria do valor próxima daquela expressa no modelo de equilíbrio parcial marshalliano, compartilhando de seu ecletismo.

Os diferentes fatores que influenciam a determinação do preço, entretanto, são encapsulados no termo serviço. Na avaliação, de Bastiat (1864a, p. 145):

Uma série de circunstâncias pode aumentar a importância relativa de um serviço. Ela pode ser maior ou menor conforme a sua utilidade para nós; o número de pessoas dispostas para realizá-lo para nós; conforme a quantidade de trabalho, sacrifícios, habilidade, tempo, estudos prévios, na medida em que nos alivia da necessidade de fornecer essas mesmas coisas nós mesmos. O valor depende não apenas dessas circunstâncias, mas também da estimativa que fazemos delas; pois isso pode acontecer, e muitas vezes acontece, que classificamos muito bem um dado serviço, porque julgamos que ele é muito útil, enquanto que, na realidade, é prejudicial. Por essa razão, a vaidade, a ignorância, o erro desempenham sua parte na influência desse relacionamento essencialmente elástico e flutuante que chamamos de valor.¹⁴

Mais adiante (p. 179), Bastiat repete que o valor “é determinado por uma multidão de considerações, todas incluídas na palavra serviço. Se sua noção de valor engloba tudo, as teorias dos demais teóricos são vistas como explicações parciais e são, portanto, rejeitadas, mas nem sempre fazendo justiça as complexidades das explicações rivais.

Em especial, Bastiat pretende se afastar tanto da escola francesa (valor utilidade) quanto da escola inglesa (valor trabalho). Se um indivíduo encontra por acaso um diamante na praia (p. 152), ele teria valor a despeito da sua inutilidade e da ausência de esforço para encontrá-lo. Seu valor elevado, por outro lado, seria explicado pelo esforço poupado a um demandante do objeto, que seria influenciado por avaliação baseada em vaidade.

Nesse exemplo a utilidade é definida como propriedade intrínseca a um objeto quando o autor rejeita a teoria do valor utilidade, mas logo em seguida é utilizada, agora transfigurada em noção subjetiva (vaidade), na própria teoria. Do mesmo modo, o trabalho é rejeitado e na sequência também readmitido na explicação na forma de trabalho poupado.

Na concepção do autor (p. 147), a noção de utilidade é reservada aos objetos e diz respeito à satisfação das necessidades, ao passo que o valor se refere ao termo médio da tríade do autor, ou seja, o esforço. De fato, para ele (p. 187), “valor é o mal, pois nasce do obstáculo que se interpõe entre a necessidade e a satisfação.”

O valor, além disso, diria respeito não ao trabalho realizado, mas ao trabalho poupado ao demandante pelo produto ofertado.

O valor serviço não seria tampouco uma avaliação da importância de um objeto para uma pessoa. Embora parta da apreciação das diversas partes envolvidas na troca, o valor se refere ao resultado final da barganha entre elas, isto é, ao preço livremente acordado, que implica para o autor em equivalência de valores.

Finalmente, como o valor está relacionado aos esforços envolvidos nos serviços e não à utilidade dos bens, Bastiat nega que qualquer objeto tenha valor que não seja redutível ao

¹⁴ *Une foule de circonstances peuvent augmenter l'importance relative d'un service. Nous le trouvons plus ou moins grand, selon qu'il nous est plus ou moins utile, que plus ou moins de personnes sont disposées à nous le rendre, qu'il exige d'elles plus ou moins de travail, de peine, d'habileté, de temps, d'études préalables, qu'il nous en épargne plus ou moins à nous-mêmes. Non-seulement la valeur dépend de ces circonstances, mais encore du jugement que nous en portons ; car il peut arriver, et il arrive souvent, que nous estimons très-haut un service, parce que nous le jugeons fort utile, tandis qu'en réalité il nous est nuisible. C'est pour cela que la vanité, l'ignorance, l'erreur ont leur part d'influence sur ce rapport essentiellement élastique et mobile que nous nommons valeur.*

trabalho nele contido. Em particular, recursos naturais têm seu valor reduzido ao esforço de sua obtenção, embora de forma indireta. Sendo assim, a discussão de Bastiat (p. 159) sobre o valor do diamante encontrado na praia demonstra similaridade com uma teoria pura do valor trabalho:

Não, a ação da natureza não cria valor mais do que a ação do homem cria matéria. Apenas uma dessas duas coisas deve ser verdadeira: ou o proprietário contribuiu para o resultado final e executou serviços reais; nesse caso, a parte do valor que ele contribui para a obtenção do carvão recai na minha definição; ou então ele entrou na transação como um parasita e, nesse caso, recebeu pagamento por serviços que ele não realizou e o preço do carvão é indevidamente aumentado. Esta circunstância prova que a injustiça foi introduzida na transação; mas não pode reverter a teoria a ponto de justificar a afirmação de que essa porção do valor é material, que o valor é combinado, como um elemento físico, com os dons gratuitos da Providência.¹⁵

Isso corrobora nossa afirmação de que a teoria do valor de Bastiat é construída para avaliar se um bem é fruto da indústria ou da apropriação da propriedade alheia, como a próxima seção não deixará dúvidas.

De forma curiosa, um exemplo fornecido pelo autor (p. 161) contraria a própria teoria que pretende ilustrar. Segundo tal exemplo, em Paris apenas a diva Sra. Malibran consegue cantar a bela música de Rossini e a Sra. Rachel interpretar a poesia de Racine. Os serviços raros dessas artistas encontrariam um valor equivalente na alta soma paga por um banqueiro rico ou por um conjunto de pessoas em um auditório, ficando o preço situado entre os extremos dados pelos valores de reserva de ofertantes e demandantes.

Nesse exemplo, poderíamos objetar que além da determinação do preço fazer uso de avaliações subjetivas diferentes sobre a utilidade do canto, sujeitas à renda dos demandantes, a disposição a pagar não pode ser expressa em termos de esforços poupados, pois ninguém mais seria capaz de reproduzir a performance das artistas.

Exposta a opinião de Bastiat sobre o valor, listemos brevemente os motivos que o levam a rejeitar as explicações rivais. Smith é rejeitado por associar o valor à materialidade dos bens, a despeito da teria do serviço de Bastiat se aproximar do conceito de custo de oportunidade implícito no modelo smithiano do cervo e do castor. Say, Senior e a maioria dos economistas são criticados por atribuir valor a recursos naturais, algo que também é atribuído a erro materialista. A explicação de Senior em termos de escassez (*rareté*) também é rejeitada, pois seria apenas um elemento que diz respeito aos obstáculos entre a necessidade e satisfação. O conceito de julgamento subjetivo (sobre a utilidade) de Storch, por sua vez, também é descartado, pois a luz do dia também satisfaria a lista de três condições necessárias para que algo tenha valor na definição de Storch: existência de necessidade, capacidade do bem atender essa necessidade e julgamento sobre sua utilidade. Aqui, Bastiat também ignora que Storch

¹⁵ *Non, l'action de la nature ne crée pas la valeur, pas plus que l'action de l'homme ne crée la matière. De deux choses l'une: ou le propriétaire a utilement concouru au résultat final et a rendu des services réels, et alors la part de valeur qu'il a attachée à la houille rentre dans ma définition; ou bien il s'est imposé comme un parasite, et, en ce cas, il a eu l'adresse de se faire payer pour des services qu'il n'a pas rendus; le prix de la houille s'est trouvé indûment augmenté. Cette circonstance prouve bien qu'une injustice s'est introduite dans la transaction, mais elle ne saurait renverser la théorie au point d'autoriser à dire que cette portion de valeur est matérielle, qu'elle est combinée, comme un élément physique, avec les dons gratuits de la Providence*

está ciente da existência de bens livres e que a escassez afeta a proporção entre oferta e demanda e portanto o preço. Ricardo é indiretamente criticado pela busca quimérica por medida invariante de valor. A teoria do valor trabalho é ainda criticada por não mencionar troca, não contemplar duração dos processos, fatores como sorte e destreza e ainda por ser noção retrospectiva e não prospectiva. Com efeito, em vários pontos de seus textos, Bastiat deixa enfatizar que custos passados não determinam o valor. Em sua análise do preço revenda de um lote de terra depois da ação do progresso técnico, Bastiat (p. 340) mostra que seu proprietário não seria capaz de obter o mesmo preço original:

... o comprador não está de forma alguma preocupado com essa circunstância. Seus olhos estão voltados para o futuro, não para o passado. Ele está interessado, não no que a terra custou, mas no que produzirá, e ele sabe que seu rendimento será proporcional à sua fertilidade. Portanto, essa fertilidade tem seu próprio valor específico, intrínseco, que independe de qualquer trabalho humano realizado sobre ela.¹⁶

A maioria das críticas oferecidas tem algo em comum: apontam para a incompletude das explicações existentes. A teoria do valor serviço, na opinião de seu criador, teria pelo contrário a virtude de sintetizar todas essas teorias.

Bastiat utiliza sua teoria de maneira consistente com a natureza eclética da mesma, salientando os elementos de utilidade, renda, trabalho, avaliação prospectiva, quando forem necessários. Esse ecletismo é a fonte das vantagens e desvantagens de sua abordagem. Por um lado, revela a consciência de algumas das limitações das explicações existentes. Por outro, ao tentar englobar em uma palavra todos os fatores que afetam os preços de uma mercadoria específica, acaba por esvaziar a explicação. Mas, na maioria das vezes em que é utilizada, se aproxima da teoria do valor trabalho.

A consequência mais saliente da teoria do valor de Bastiat é a reaproximação de sua Economia da perspectiva plutológica clássica. Se o início de sua obra lembra a teoria econômica moderna, calcada na análise da relação entre meios e fins, a partir da teoria do valor Bastiat trata os preços como parte de teoria da distribuição, com pouca relação com as escolhas dos agentes e os usos dos recursos, caminho alternativo que seria compatível com a tríade utilizada no início da obra. Com efeito, a análise do valor nas *Harmonias Econômicas* é sucedida pela discussão do conceito de riqueza e dos fatores determinantes dos preços dos fatores produtivos.

Essa discussão, porém, está sempre associada ao seu tema principal, que descreve a evolução da economia em termos de empregos de mecanismos que poupam trabalho e o deslocam para a satisfação de novas necessidades. Façamos então um esboço dessa análise.

Como sua teoria do valor é explicada em termos de esforço e não satisfação, Bastiat utiliza dois conceitos de riqueza: a “riqueza efetiva” ou real, que diz respeito às utilidades geradas tanto pelo trabalho quanto pela natureza e a “riqueza relativa”, expressa em valores, que é utilizada para se referir à fração de cada indivíduo da riqueza total. Em outros termos, a primeira noção diz respeito ao bem-estar e a segunda à distribuição. O crescimento, sua preocupação central,

¹⁶ *et, à vrai dire, l'acquéreur ne s'inquiète en aucune façon de cette circonstance. Ses yeux sont fixés sur l'avenir et non sur le passé. Ce qui l'intéresse, ce n'est pas ce que la terre a coûté, mais ce qu'elle rapportera, et il sait qu'elle rapportera en proportion de sa fécondité.*

é representado então como a transformação de valor em utilidade gratuita, ou a segunda na primeira forma de riqueza, ou ainda redução de esforço e aumento de necessidades satisfeitas.

O mecanismo pelo qual se opera essa transformação é descrito pela teoria do capital. O valor dos bens de capital é expresso em termos dos serviços poupados mutuamente por seus produtores nas trocas. Os juros, por sua vez, são explicados (p. 234) por um serviço diverso, relativo ao fornecimento dos adiantamentos produtivos. Quem fornece um serviço qualquer nos mercados recebe um direito de adquirir bens de consumo imediato. Mas, ao se abster de fazê-lo e poupar, viabiliza o redirecionamento de recursos para a geração de suprimentos, matérias e máquinas que serão empregados nos processos produtivos. Esse capital, por sua vez, aumenta a produtividade do trabalho, gerando mais bens por unidade de esforço e ao mesmo tempo liberando esforço para ser alocado a satisfação de outras necessidades (p. 248).

Com o desenvolvimento do pensamento socialista na época da revolução de 1848, porém, o capital é associado à exploração do trabalhador e a legitimidade da cobrança de juros volta ao debate político. No último ano de sua vida, enquanto trabalhava em seu livro, Bastiat debateu com Proudhon sobre a legitimidade dos juros e as funções do capital, como veremos mais adiante. A análise do capital nas *Harmonias Econômicas* é marcada por essa discussão.

Sendo assim, Bastiat argumenta (cap. 8) que é pelo respeito à propriedade privada que o escopo da posse coletiva de riqueza na sociedade é aumentado. O aumento da produtividade do trabalho causado pelo uso do capital, associado ao declínio dos preços causado pela competição representaria um declínio de utilidade onerosa, ou valor, em relação à utilidade gratuita fornecida pelas forças naturais que substituem o esforço humano e o realocam para outras atividades. Essa utilidade gratuita é transferida: de propriedade privada se torna patrimônio comum da sociedade via ação da competição.

Esse processo é ilustrado (págs. 404-405) da seguinte maneira. Jean produz o bem representado na primeira linha e Pierre o bem representado na segunda, sendo IB e ID as utilidades totais correspondentes. As linhas pontilhadas, IA e IC, representam as utilidades gratuitas fornecidas pela natureza, utilidades essas que não assumem valores determinados, pois utilidade não seria apreciável quantitativamente. A utilidade onerosa ou esforço é expresso em termos de valores, representados pelos segmentos AB e CD.

I A _____ B

I C _____ D

O progresso técnico e o uso de máquinas representam uma diminuição do esforço necessário para se obter o mesmo resultado, sendo, portanto, um valor eliminado, AA'. Bastiat representa esse fenômeno como um processo de transformação de propriedade privada em propriedade pública, ou de utilidade onerosa se tornando gratuita.

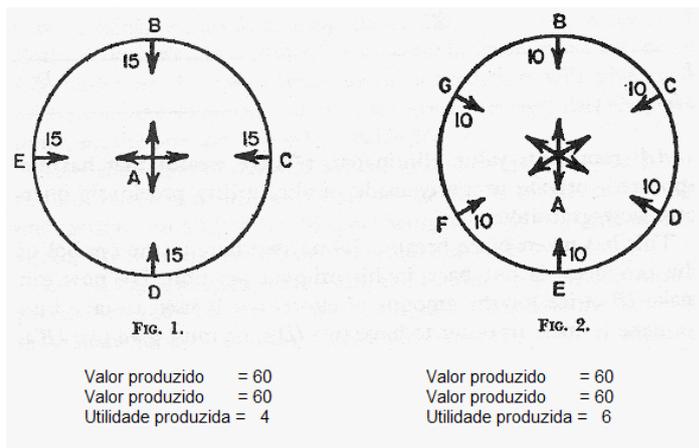
I A A' _____ B

I C _____ D

Logo após a mudança, Jean se beneficia da inovação, pois ainda tem condições de cobrar AB por seu serviço. Conforme a inovação se torna comum, porém, Pierre se torna o beneficiado, pois seu esforço CD agora passa a equivaler a A'B e ele pode adquirir o dobro do bem produzido por Jean.

Depois de mais uma vez pedir licença para utilizar diagramas em um texto econômico, Bastiat (p. 407) generaliza a ilustração para a sociedade como um todo. No novo diagrama, reproduzido a seguir, do produtor no centro do círculo na figura um irradiam os seus serviços como copista de livros, no valor de \$15 cada um, recebido pelos demais membros da sociedade, representados aqui por B, C, D e E, que retornam o mesmo total de \$60 em serviços para A.

Supondo que tal copista invente a imprensa, e que ele faça agora em quarenta horas o que fazia anteriormente em sessenta e a competição reduza na mesma proporção o preço do livro para \$10, passaríamos para a situação descrita na figura dois, com aumento de utilidade obtido com a mesma quantidade de esforço.



Isso nos leva a um dos capítulos mais interessantes das *Harmonias*, referente à competição. Esse capítulo corrobora a tese de Machovec (1995) de que a concepção de competição entre os economistas clássicos é dinâmica, no sentido de que trata do processo de rivalidade e inovação empresarial, ao contrário do caráter estático que assume a partir da concentração no estado de equilíbrio competitivo, a partir da terceira década do século vinte.

Assim como fizera com o capital, Bastiat defende a competição das críticas desferidas pelos socialistas, enfatizando sua conexão com a distribuição dos ganhos da inovação. Inicialmente, o autor (p. 350) define competição em termos institucionais, como ausência de autoridade que se coloca como juiz das trocas, substituindo as decisões individuais. Sendo assim, competição é identificada com liberdade ou ausência de opressão.

Definida sua essência, Bastiat indaga se seus efeitos seriam nocivos ou benéficos. Como a nossa exposição das idéias do autor deixa clara, a competição exerce papel fundamental no processo de difusão dos ganhos inerentes à adoção de processos que aumentam a proporção entre resultados e esforços. A competição, portanto, teria a função de distribuir os ganhos dos aumentos de produtividade. Para Bastiat (p. 355), a busca pela melhora de sua situação que caracteriza o ser humano atua em conjunto com a liberdade de concorrência para que os ganhos gerados no processo se espalhem para o resto da sociedade:

Assim, o interesse pessoal é aquela força individualista indomável que nos faz procurar o progresso, que nos faz descobrir, que nos instiga o flanco, mas ao mesmo tempo nos dispõe a monopolizar nossas descobertas. Concorrência é essa não menos indomável força humanitária que arranca o progresso, à medida que se realiza, das mãos do indivíduo e o

torna herança comum da grande família humana. Essas duas forças, que podem ser deploradas quando consideradas individualmente, trabalham juntas para criar nossa harmonia social.¹⁷

Sob a ação do auto-interesse, o homem procura monopolizar os recursos naturais existentes, as técnicas produtivas que só ele conhece ou ainda uma fonte única de um recurso produtivo. Em ambiente caracterizado pela liberdade de competição, porém, essa tendência é contraposta por outra força.

O processo competitivo é então descrito em três estágios. No primeiro, ocorre a invenção. Esta é descrita como a conquista da natureza pelo gênio humano. Quem primeiro imagina uma técnica produtiva adquire, nessa primeira etapa, toda a utilidade gratuita ou fruto do trabalho extra exercido pela natureza em substituição aos esforços humanos.

A segunda fase, por sua vez, é caracterizada pela imitação, quando a técnica gradualmente se torna conhecida por outros produtores, atraídos pelo ganho extra. O efeito da imitação seria o declínio da remuneração pela atuação da ação da concorrência.

O terceiro e último estágio é denominado fase da distribuição universal. A invenção, propriedade privada de quem inicialmente a concebeu, se torna propriedade comum gratuita. Quando o preço se aproxima dos custos, da equivalência entre serviços, a produtividade extra possibilitada pelo uso de forças naturais é desfrutada por todos que adquirem os bens cuja obtenção requer menos sacrifício.

Considerando o processo competitivo como um todo, Bastiat rejeita a tese sobre seus efeitos maléficos. Entre os autores socialistas na França do período, a competição nos mercados era um dos alvos centrais de crítica. Essa crítica, na opinião de Bastiat, é atribuída à análise efetuada sob ótica parcial, que faz uso da ficção analítica que divide os homens segundo classes de produtores e as rivalidades em seu interior. Porém, quando olhada sob a ótica geral do economista, que trata das inter-relações entre as funções e os setores da economia, a competição se torna elemento chave da difusão do progresso entre todos. Sendo assim, a miséria, em vez de fruto da competição, seria sintoma de sua ausência, pela ação de fatores como monopólios legais, cargos e influência no governo, acesso a empréstimos sob condições especiais e demais fatores que poderiam ser descritos como antítese da competição. Esses fatores, que atuam na direção contrária ao desenvolvimento da harmonia social, serão deixados para a próxima seção.

Aqui, resta ainda mencionarmos brevemente o tratamento dado aos outros dois fatores produtivos, a terra e o trabalho. Esse tratamento é determinado pela teoria do valor serviço e seu uso principal. Como a troca livremente acordada de serviços equivalentes fornecerá o critério utilizado por Bastiat para distinguir indústria de espoliação e ao mesmo tempo os socialistas adotam posição diversa, segundo a qual a posse de terra e capital envolve a

¹⁷ *Ainsi l'intérêt personnel est cette indomptable force individualiste qui nous fait chercher le progrès, qui nous le fait découvrir, qui nous y pousse l'aiguillon dans le flanc, mais qui nous porte aussi à le monopoliser. La concurrence est cette force humanitaire non moins indomptable qui arrache le progrès, à mesure qu'il se réalise, des mains de l'individualité, pour en faire l'héritage commun de la grande famille humaine. Ces deux forces, qu'on peut critiquer quand on les considère isolément, constituent dans leur ensemble, par le jeu de leurs combinaisons, l'harmonie sociale.*

existência de rendimentos não justificáveis pelo trabalho, o autor buscará negar que existam rendimentos que não sejam explicados pelos serviços.

O caso do trabalho é trivial, pois a teoria do valor serviço na prática é uma variante da teoria do valor trabalho. Os juros do capital, como já vimos, são associados ao serviço de fornecimento de avanços produtivos que viabilizam os investimentos. A terra, por fim, geraria uma renda que para Bastiat (p.314) seria explicável pelos serviços a ela aplicados pelos seus proprietários:

A terra, como meio de produção, na medida em que o dono da terra a prepara, trabalha, a cerca, drena, melhora, acrescenta outros implementos necessários a ela, produz valor, que representa os serviços humanos disponibilizados, e esta é a única coisa que cobrada pelo proprietário.¹⁸

Esses serviços, devemos lembrar, seriam ainda relativos aos esforços poupados a um eventual comprador da terra e não os serviços de fato implementados no passado (p. 320).

Mas a afirmação de que todo valor é tributável a serviços dessa natureza implica na negação da existência de monopólios não legais da terra, como aqueles gerados por vantagens locacionais. A renda da terra que preocupa os economistas ingleses não seria um problema, pois Bastiat (1864b), em *Cobden e a Liga*, atribui esse ganho injustificado à conquista efetuada pelos guerreiros que se tornaram os nobres que controlam o parlamento.

A redução da renda da terra a serviços, no entanto, encontra dificuldades fora do contexto no qual não existe escassez de terra. Bastiat de fato foge do problema ao apelar para exemplos de aquisição de terra nos Estados Unidos em sua época, situação para a qual a terra tem custo de oportunidade reduzido, cenário particular favorável à sua opinião.

A posição adotada por Bastiat o contrapõe a muitos economistas que escreveram antes dele, que atribuem valor aos recursos naturais e não apenas ao trabalho. Esses autores são acusados de adotar perspectiva materialista. No entanto, ao reservar o termo valor aos esforços e não a utilidade, o próprio Bastiat fica restrito à concepção materialista de Economia implícita no modelo plutológico. Se sua praxiologia adotasse uma teoria do valor subjetiva, o preço dos recursos naturais escassos, maior do que os serviços neles incluídos, poderiam ser explicados em termos alocativos, ou seja, tendo em vista a comparação da urgência de usos alternativos. Sob a ótica da teoria clássica, porém, é natural a conclusão de que terra envolve rendas imerecidas.

Para encerrar a discussão da distribuição, tratemos dos salários e da população. Considerando que o emprego de novos bens de capital e a inovação em geral desempenham papel proeminente no sistema de Bastiat, bem como a maneira como esse aumento de produtividade se traduz em aumento da renda real da população, é natural que esse autor não compartilhe dos temores de Malthus e Ricardo.

Como o ambiente intelectual francês no final da vida de Bastiat é marcado pelas propostas de associacionismo entre trabalhadores, como substituto ao mercado de trabalho assalariado, o

¹⁸ *L'instrument-terre, en tant que le propriétaire l'a préparé, travaillé, clos, desséché, amendé, garni d'autres instruments nécessaires, produit de la valeur, laquelle représente des services humains effectifs, et c'est la seule chose dont le propriétaire se fasse payer.*

capítulo sobre salários das *Harmonias Econômicas* trata da razão de ser deste último. Essa razão consistiria na maior aversão ao risco dos trabalhadores, que prefeririam a negociação de valor pré-estabelecido, independentemente dos resultados dos empreendimentos. Nas palavras do autor (p. 453-453):

O que os trabalhadores não entenderam é que a associação, tal como os socialistas pregam, é a infância da sociedade, o período das tentativas e erros, das falhas repentinas, do revezamento entre abundância e marasmo, numa palavra, o reinado absoluto do aleatório. O sistema salarial, ao contrário, é aquele grau intermediário que separa o aleatório da estabilidade.¹⁹

O leitor, mais uma vez, pode constatar a semelhança com os modelos modernos de agência aplicados ao mercado de trabalho.

Nos resta agora voltar ao ponto de partida, a Economia institucional que caracteriza a obra do autor. Esta compara sistemas econômicos caracterizados pelo respeito à propriedade privada com aqueles nos quais a propriedade é predominantemente violada. A análise desses últimos é a parte mais incompleta da inacabada *Harmonias Econômicas*. Felizmente, porém, podemos contar uma série de outras publicações nas quais o autor desenvolve o tema, que passamos a examinar na próxima seção.

1.1.2. Economia e Estado em Bastiat: a espoliação legal

Refletindo o ambiente político da França nos meados do século dezenove, o pensamento de Bastiat é marcada pelo embate entre o liberalismo, o socialismo e o protecionismo. Em sua obra, esse embate é organizado como o contraste entre sistemas econômicos, assim como ocorrera com os economistas da escola clássica francesa desde suas origens. O contraste original entre os sistemas liberal e mercantilista é generalizado, nas mãos de Comte e Dunoyer, em uma interpretação histórica da evolução de sistemas. De sociedades inicialmente marcadas pela exploração econômica, a história caminha em direção ao industrialismo, com mais espaço para a liberdade. Com a continuação do crescimento do estado central e o paralelo desenvolvimento do pensamento socialista, a comparação entre sistemas na obra de Bastiat se expande, contrapondo economias com diferentes graus de emprego de poder político centralizado.

O liberalismo de Bastiat e dos economistas franceses passa a enfrentar dois oponentes: por um lado o conservadorismo, que em termos econômicos esposa o protecionismo e por outro o socialismo, que atribui à competição a existência da pobreza. Em contraposição, esta última será tratada por Bastiat como consequência das próprias políticas e instituições defendidas pelos conservadores e socialistas, ambos partidários de um estado com mais funções que os liberais atribuíam a ele.

A maneira como Bastiat organiza sua interpretação de sistemas econômicos é derivada das obras de Charles Comte, que estudara na juventude e em menor grau os textos de Dunoyer,

¹⁹ *Ce que les ouvriers n'ont pas compris, c'est que l'association, telle que les socialistes la leur prêchent, c'est l'enfance de la société, la période des tâtonnements, l'époque des brusques écarts, des alternatives de pléthore et de marasme, en un mot, le règne absolu de l'aleatoire. Le salariat, au contraire, est ce degré intermédiaire qui sépare l'aleatoire de la stabilité.*

autor que ele conhecia pessoalmente. Bastiat criará sua própria tipologia de sistemas, que utiliza conceitos derivados das obras desses dois autores. Diferirá destes, contudo, em aspectos significativos. Em primeiro lugar, ao contrário de Dunoyer, Bastiat não se ocupa com o fornecimento de uma explicação da evolução histórica desses sistemas. Apesar de revelar em alguns momentos algum otimismo, não pretende demonstrar a inevitabilidade de seu sistema liberal. Em segundo lugar, e mais importante, Bastiat adota postura inversa a Comte e Dunoyer: em vez de aplicar teoria econômica à análise fundamentalmente histórica, a interpretação da história desses dois autores é absorvida na teoria econômica. Bastiat incorpora em seus escritos o estudo da maneira como indivíduos auto-interessados se comportam nos diferentes arranjos institucionais contrastados, examinando as consequências não intencionais desse comportamento. Apesar das diferenças em relação a Comte e Dunoyer, um elemento central da economia da política de Bastiat é derivado do primeiro desses autores: o contraste entre economias baseadas predominantemente em trocas voluntárias de serviços ou em espoliação do trabalho alheio é feita em termos do grau de respeito à propriedade privada possibilitado pelo arranjo institucional sob exame.

A comparação de sistemas econômicos baseada no uso de um mesmo pressuposto comportamental – o interesse próprio – atuando em ambientes institucionais caracterizados por diferentes graus de respeito aos direitos de propriedade nos permite classificar o autor entre os pioneiros no desenvolvimento da economia neoinstitucional em geral e da economia da escolha pública em particular. A análise de Bastiat, além disso, combina tanto a busca proposital de rendas junto ao sistema político quanto a expansão desse fenômeno como consequência não intencional da defesa de certas políticas. Com isso, sua análise também contém elementos da abordagem austríaca.

Vejamos então os principais elementos dessa análise. Em *A Fisiologia da Espoliação*, Bastiat (1863a) utiliza o mesmo ponto de partida de sua teoria econômica: a relação entre necessidade, esforço e satisfação. Existiriam dois meios fundamentais para se atingir um propósito qualquer dos agentes: a produção e a espoliação. Como as duas atividades são comuns, a teoria econômica deve tratar de ambas.

Como esses dois modos de ação são definidos? No primeiro caso, serviços mútuos são doados ou trocados voluntariamente por pessoas que aceitam a propriedade dos bens, ao passo que espoliação é definida (1863a, p. 358), em *A Lei*, como o oposto do caso anterior; ou seja, ação involuntária, ou violação de propriedade. Em *A Fisiologia da Espoliação* (1863a, p. 131), o fenômeno é definido como o bloqueio da liberdade de trocas por meio da força ou fraude, com o propósito de receber um serviço sem oferecer outro em retorno.

As traduções de Bastiat para o inglês costumam traduzir o termo original *spoliation* como saque (*plunder*), com a intenção de se aproximar da conotação do original²⁰. Bastiat, entretanto, explicitamente afirma (1863a, p. 358) que escolheu um termo para roubo, espoliação, que suscite menos conotações normativas, pois, como vimos, não duvida da sinceridade das intenções daqueles que defendem os sistemas que ele condena. As pessoas se aproveitariam ou

²⁰ Ver notas de rodapé do tradutor em Bastiat (1995), páginas 64 e 152.

seriam vítimas de sistemas injustos sem que o saibam. Respeitando a intenção original do autor, empregadores espoliação no restante da exposição e análise de suas idéias.

Em *A Lei*, a espoliação nos tempos modernos se manifesta sob a influência de duas causas básicas, que ele denomina falsa filantropia e egoísmo ininteligente. A falsa filantropia dará origem a leis cujas consequências não intencionais promovem a espoliação. O egoísmo que induz a espoliação, por sua vez, tenderia a render menos ao próprio espoliador se compararmos com a riqueza que seria obtida por ele em um sistema no qual a espoliação não predomine.

O que é digno de nota na teoria de Bastiat, porém, é a fundamentação da espoliação na própria natureza humana. Essa atividade deveria ser explicada pela Economia através do emprego do mesmo princípio do auto-interesse utilizado pelos economistas para examinar a atividade produtiva. De fato, para Bastiat (1863a, p. 346), além da produção

... há outra disposição que também é comum entre os homens. É viver e se desenvolver, quando for possível, à custa do outro. ... Essa disposição lamentável brota da própria natureza do homem, daquele sentimento primitivo, universal e incontestável que o impele a buscar seu próprio bem-estar e evitar a dor.²¹

Esse ponto de vista é central na obra do autor. No capítulo dezoito das *Harmonias Econômicas*, lemos que a espoliação deve ser objeto de estudo da teoria econômica. Em *Propriedade e Espoliação*, Bastiat (1863a, p. 425) reafirma que tanto a propriedade quanto a espoliação são “irmãs nascidas do mesmo pai”, o auto-interesse. Essa perspectiva, fundamental para Bastiat e para as três escolas das quais situamos Bastiat como precursor, não foi incorporado no *mainstream* da teoria contemporânea, que ainda trata fenômenos derivados desse comportamento como eventos fortuitos, cuja análise não merece tratamento sistemático, pelo menos não pela teoria pura.

Já para Bastiat, a incidência do fenômeno depende dos incentivos gerados pelas instituições, que alteram os benefícios e custos de um agente auto-interessado se dedicar à espoliação, a despeito da presença de fatores morais. De fato, em *A Lei* Bastiat (1863a, p. 346) afirma que:

... o trabalho sendo doloroso em si mesmo, e o homem sendo naturalmente inclinado a evitar a dor, se segue que – a história está aí para provar isso – onde quer que a espoliação seja menos onerosa do que o trabalho, ela prevalece; e nem a religião nem a moralidade podem, neste caso, impedi-la. Quando, então, a espoliação cessa? Quando se torna mais onerosa e mais perigosa que o trabalho.²²

Como se manifesta a espoliação? O autor utiliza a esse respeito o mesmo tipo de análise que encontramos em Comte e Dunoyer. Em *Propriedade e Espoliação*, Bastiat (1863a, p.432) lista diversas formas pelas quais o fenômeno ocorre: guerra, escravidão, servidão, teocracia, taxa abusiva e, se implementado, o socialismo, no qual a espoliação, prevê o autor, assumiria proporções sem precedentes.

²¹ *Mais il est une autre disposition qui leur est aussi commune. C'est de vivre et de se développer, quand ils le peuvent, aux dépens les uns des autres. ... Cette disposition funeste prend naissance dans la constitution même de l'homme, dans ce sentiment primitif, universel, invincible, qui le pousse vers le bien-être et lui fait fuir la douleur.*

²² *Or, le travail étant en lui-même une peine, et l'homme étant naturellement porté à fuir la peine, il s'ensuit, l'histoire est là pour le prouver, que partout où la spoliation est moins onéreuse que le travail, elle prévaut; elle prévaut sans que ni religion ni morale puissent, dans ce cas, l'empêcher. Quand donc s'arrête la spoliation? Quand elle devient plus onéreuse, plus dangereuse que le travail.*

Na *Fisiologia da Espoliação*, Bastiat (1863a, p. 130) lista quatro espécies de espoliação – guerra, escravidão, teocracia e monopólio, sendo este último composto pelas variantes dadas pelas sinecuras, privilégios e restrições comerciais.

Afirmamos na seção anterior que a interpretação da história como lutas entre exploradores e explorados tal como descrita por Comte e Dunoyer não pode ser facilmente comparada com a teoria da exploração de Marx, devido à ausência de uma explicação única ou predominante sobre a origem da exploração nos dois autores franceses. Como afirmamos, estes invocavam a interação storchiana entre causas morais, institucionais, econômicas e biológicas. No que diz respeito a Bastiat, porém, uma comparação seria mais fácil, pois este último fornece uma explicação teórica para a história narrada por Dunoyer. A teoria da exploração de Bastiat (1863a, p. 337) tem claramente causas institucionais e restrições comportamentais dadas pela natureza humana. A comparação se torna mais nítida no que diz respeito à origem da exploração quando a legislação, cujo propósito deveria ser contrariar a disposição natural à espoliação, se transforma naquilo que o autor denomina espoliação legal, ou roubo organizado pela lei. Se para Marx a exploração tem origem em fenômenos econômicos, e estes em causas tecnológicas, em Bastiat sua origem tem causas políticas, ou nas reações da natureza humana diante da existência de poder não restrito²³.

Para explicar a ubiquidade da espoliação, é necessário introduzir na análise a operação de fatores ideológicos. Como notamos anteriormente, o fenômeno da espoliação em Bastiat tem origens tanto na atuação do auto-interesse quanto nas consequências não intencionais das idéias.

Na *Fisiologia da Espoliação* compara-se as espoliações direta e legal em termos da facilidade de sua identificação. O ladrão isolado causa medo e gera reação contrária da maioria. Atuar em bando, porém, basta para a formação de uma ideologia que justifique esse tipo de atividade. Segundo Bastiat (1863a, p. 132), o ladrão,

... se ele tiver alguns companheiros, ... se vangloria de suas façanhas, e aqui pode-se começar a notar o poder da opinião pública; pois é preciso apenas a aprovação de seus cúmplices para aliviá-lo do sentimento de que ele está fazendo algo errado e até mesmo para deixá-lo orgulhoso de sua desonra.²⁴

Esse fenômeno é ilustrado de forma interessante por Chalamov (2016), em seu estudo sobre o código de conduta dos *blatares*, os presos por crimes comuns nos campos de trabalho forçado soviéticos. Tal código, além de justificar atrocidades, criava uma hierarquia de privilégios que inspirava os jovens a se juntar ao grupo.

Tomando grupos maiores de exploradores, o caso da espoliação praticada por casta de guerreiros não se depararia com resistência interna significativa, pois a maioria das vítimas se encontram nas regiões conquistadas.

²³ Ao empreender tal comparação, sugerimos ao leitor consultar a tese de Raico (2012) sobre o assunto.

²⁴ *Cependant, s'il a quelques associés, il s'enorgueillit devant eux de ses prouesses, et l'on peut commencer à remarquer ici la force de l'Opinion; car il suffit de l'approbation de ses complices pour lui ôter le sentiment de sa turpitude et même le rendre vain de son ignominie.*

Quando a espoliação é generalizada de um grupo reduzido para um grupo maior, acrescenta Bastiat (p. 128), surge tanto um sistema legal que justifica a espoliação quanto um código moral que glorifica a exploração.

Já em um regime político representativo, a espoliação requer justificativa ideológica mais elaborada, pois projetos de lei que envolvam privilégios legais ou impostos sem a contrapartida em serviços públicos requerem em última análise a aprovação geral. Sofismas econômicos se tornam nesse sentido ferramentas de espoliação legal: “quando detectares um sofisma em uma petição, coloquem a mão no bolso”, aconselha Bastiat (1863a, p. 113) em seus *Sofismas Econômicos*.

Além de facilitar a espoliação legal, fatores ideológicos podem até mesmo fazer com que as pessoas mantenham a ilusão de que devem tudo o que têm à própria espoliação e, sem o desejar, se tornem elas próprias espoliadoras (p. 130): “monopólios desse tipo são engendrados por fraudes e nutridos por erros.” A exploração teocrática também ilustra o papel da ideologia. Nesse tipo de fraude, as pessoas são induzidas a crer que seus serviços concretos possam ser trocados por serviços fictícios, como o acesso ao paraíso. A exploração se torna efetiva se a elite exploradora consegue criar tabus, proibir o exame de dogmas e restringir o acesso ao aprendizado pelo uso de hieróglifos.

Ecoando o pensamento dos ideólogos cinquenta anos antes, Bastiat enxerga como único antídoto contra as formas de exploração a ação libertadora do conhecimento. Como seu modelo envolve a concorrência entre as atividades produtiva e espoliadora, a expansão do conhecimento reduziria os incentivos para essa última: a espoliação, de maneira malthusiana, se multiplicaria conforme os meios existentes, que no caso seria a credulidade dos enganados (p. 140).

Depois de investigar como o auto-interesse impulsiona o homem a buscar seus fins através tanto da produção quanto da espoliação, vejamos como o estado moderno é visto em termos dos incentivos a essas duas modalidades de ação. Na obra de Bastiat, esse estudo envolve a descrição das funções do estado tidas como legítimas e como a extensão dessas atividades engendram a espoliação legal, que caracterizariam tanto do protecionismo quanto do socialismo.

No capítulo dezessete de sua *Harmonias Econômicas*, Bastiat trata dos serviços ofertados pelo estado. Escrevendo antes do surgimento do conceito moderno de bem público, que aparece apenas na geração seguinte de economistas da escola clássica francesa, Bastiat define serviços públicos apenas como aqueles cujo uso se torna “geral o bastante” para ser ofertado pelo governo.

A discussão dos bens públicos revela que Bastiat (1864a, p. 537) não é um anarquista. Para ele, a tributação não pode ser classificada como intrinsecamente espoliadora:

Se a tributação não constitui necessariamente uma perda, menos ainda ela é necessariamente uma espoliação. Sem dúvida, nas sociedades modernas, a espoliação pela tributação é, sem dúvida, praticada em uma escala imensa. Como veremos mais tarde, esta é uma das causas principais entre aquelas que perturbam a equivalência de serviços e a harmonia de interesses.

Mas a melhor maneira de combater e destruir o abuso da tributação é se preservar desse exagero que a representa como inerentemente espoliativa.²⁵

Consistente com seu programa de pesquisa, o imposto se torna espoliador como consequência não intencional de certos fenômenos. Antes de estudar estes últimos, o procedimento correto exigiria supor ausência de espoliação. O critério de legitimidade empregado pelo autor, como revela a citação acima, é o mesmo adotado para o setor privado: equivalência de serviços trocados, só que agora negociados de forma coletiva, seja por autocracias ou por assembleias representativas. Quais seriam para o autor então os serviços legítimos ofertados pelo estado?

Para Bastiat (1864a, p. 551), o estado deveria se ocupar dos serviços que requerem coerção, ou seja, a administração da justiça e da segurança interna e externa: “O governo age apenas pela intervenção da força; portanto, sua ação é legítima somente quando a intervenção da força é legitimada.” Assim como Say, Bastiat admite ainda como funções legítimas a administração de rios, florestas e estradas.

Depois de tratar das funções legítimas, devemos mostrar como se manifesta a espoliação legal, como consequência não intencional da expansão do estado. Para tal, é necessário antes listar as inconveniências inerentes aos serviços públicos.

Em primeiro lugar, as decisões coletivas resultam em quantidade e qualidade uniforme dos serviços prestados, o que pode atender aos gostos e necessidades médias, diferentes das necessidades individuais. Em seguida, empregando sua concepção dinâmica de competição, Bastiat nota que a burocracia implica em ausência de progresso: como em geral o estado proíbe a competição na oferta de vários dos bens que provê, não existiria sob monopólio e com funcionários seguindo leis impessoais em vez de julgamento próprio uma tendência à melhoria do serviço e redução de custos. Serviços públicos implicam ainda ausência de provisão para situações especiais. Livres da responsabilidade de provisão, o indivíduo perde a responsabilidade e a iniciativa.

Uma consequência importante dessa perda de responsabilidade associada à provisão pública, não competitiva, de serviços é a supressão do julgamento e da experiência adquirida durante processos de aprendizado. Nesse ponto se manifesta mais uma vez um tema recorrente nas *Harmonias Econômicas*; a saber, a emergência da ordem através de processos de aprendizados por eliminação de erros. Nas palavras de Bastiat (p. 545):

Enquanto houver livre escolha, todas as faculdades humanas – comparação, julgamento, provisão – continuarão a ser exercitadas. Enquanto houver livre escolha, toda boa decisão traz sua recompensa; todo erro, sua punição; e a experiência, esse complemento severo de provisão, cumpre sua missão, de modo que a sociedade não pode deixar de melhorar.²⁶

²⁵ *Si l'impôt n'est pas nécessairement une perte, encore moins est-il nécessairement une spoliation. Sans doute, dans les sociétés modernes, la spoliation par l'impôt s'exerce sur une immense échelle. Nous le verrons plus tard; c'est une des causes les plus actives entre toutes celles qui troublent l'équivalence des services et l'harmonie des intérêts. Mais le meilleur moyen de combattre et de détruire les abus de l'impôt, c'est de se préserver de cette exagération qui le représente comme spoliateur par essence.*

²⁶ *Alors toutes les facultés humaines, la comparaison, le jugement, la prévoyance, restent en exercice. Alors toute bonne détermination amène sa récompense comme toute erreur son châtement; et l'expérience, ce rude suppléant de la prévoyance, remplit au moins sa mission, de telle sorte que la société ne peut manquer de se perfectionner.*

Novamente coerente com sua abordagem institucional, que compara diferentes arranjos institucionais a partir do emprego de uma mesma suposição comportamental atuando nos sistemas que são comparados, Bastiat (p. 540) não isenta os tomadores de decisões na esfera da ação coletiva dos efeitos do conhecimento falível e portanto da necessidade de aprendizado:

A culpa é imputável, não ao princípio da troca, mas à imperfeição da natureza humana; e o remédio deve ser encontrado apenas na própria responsabilidade (isto é, na liberdade), uma vez que é a fonte de toda a experiência. Introduzir a coerção na troca, destruir o livre-arbítrio com o pretexto de que os homens cometam erros, não melhoraria as coisas, a menos que se possa provar que o agente autorizado a aplicar a coerção está isento da imperfeição de nossa natureza, não está sujeito nem a paixões nem aos erros, e não pertence à humanidade.²⁷

Qualquer irracionalidade que se atribua aos agentes econômicos deve ser também imputada aos funcionários públicos e políticos que pretendem corrigir os problemas derivados dessa irracionalidade, se o defensor de solução centralizada não quiser em sua argumentação incorrer em uma petição de princípio. O mesmo falibilismo justificando o aprendizado por tentativas e erros, o cerne da epistemologia evolucionária que utilizamos no primeiro capítulo, se manifesta, portanto, na obra de Bastiat, assim como nas de Turgot e Dunoyer, como relatamos.

Em *A Fisiologia da Espoliação*, Bastiat (1863a, p. 141) aplica à oferta de serviços públicos um conhecido viés comportamental: a tendência a exagerar o valor dos serviços que se presta e minimizar os que se recebe. Nas transações privadas, a ação da concorrência reduz esse problema, fazendo com que o processo de barganha resulte na convergência do preço para um valor intermediário. Como o estado “é composto de homens (embora hoje isso seja negado, pelo menos por implicação)”, o mesmo viés se manifestaria na oferta de bens públicos. Nesse caso, porém, as instituições são tais que a atuação da barganha praticamente não se manifesta. Como resultado, teríamos uma tendência à superprodução de bens públicos, ou, nos termos de Bastiat, o rompimento da igualdade entre serviços nas trocas políticas.

Nas *Harmonias Econômicas* Bastiat (1864a, p. 548) argumenta que esse tipo de fenômeno leva à expansão do estado. Essa expansão implica em rigidez para baixo nos gastos, pois o público perde de vista a alternativa descentralizada. Bastiat utiliza esse tipo de explicação para interpretar os eventos em torno da revolução de 1848: o atrofiamiento da responsabilidade derivado da expansão do estado teria feito que, diante da crise gerada por essa expansão, o público demande junto ao governo revolucionário mais, e não menos, controles diante da ineficácia dos controles prévios.

Dada a própria natureza da espoliação, esta se mantém estável apenas se uma minoria explorar a maioria. Se durante a revolução a opinião pública também demanda privilégios legais para si em vez de liberdade, as promessas não serão cumpridas, adicionando instabilidade ao sistema. Bastiat (p. 427) descreve a situação como um sistema generalizado de espoliação mútua:

Ocorre que as classes privilegiadas, roubando-se mutuamente, perdem pelas exigências que recaem sobre elas pelo menos tanto quanto ganham com aquelas que recebem. Além disso,

²⁷ *La faute n'en est pas à l'échange, mais à l'imperfection de la nature humaine; et le remède ne saurait être ailleurs que dans la responsabilité elle-même (c'est-à-dire dans la liberté), puisqu'elle est la source de toute expérience. Organiser la contrainte dans l'échange, détruire le libre arbitre sous prétexte que les hommes peuvent se tromper, ce ne serait rien améliorer; à moins que l'on ne prouve que l'agent chargé de contraindre ne participe pas à l'imperfection de notre nature, n'est sujet ni aux passions ni aux erreurs, et n'appartient pas à l'humanité.*

a grande massa de trabalhadores, a quem nenhum privilégio foi concedido, sofre, míngua e não pode resistir. Ela se insurge, cobre as ruas com barricadas e sangue, e assim se faz necessário responder a ela.²⁸

Isso nos leva à descrição dos efeitos de longo prazo do sistema de espoliação legal que se manifesta como consequência não intencional da expansão do estado. Em *Justiça e Fraternidade*, Bastiat (1863a, p. 313) prevê, assim como Say e Destutt de Tracy, que a consequência do estado tomar para si a responsabilidade de tudo é a deterioração das finanças públicas. Depois de explorar os limites do financiamento por tributos, o estado passa a se financiar por empréstimos: “depois de ter drenado o presente, o estado devorará o futuro”.

No mesmo texto, Bastiat (p. 320) nota que, ao contrário da espoliação direta, a espoliação legal se expande sem que isso incomode a consciência das pessoas. Uma explicação mais completa desse fenômeno é provida em *O Estado*. Nesse ensaio (1863a) encontramos uma explanação que pode ser interpretada como uma aplicação do seu tema “o que é visto e o que não é visto”. Segundo Bastiat, a separação entre meios e fins, origem da falácia fundamental sobre temas econômicos, também se manifesta no setor público: aos olhos da população, a tributação e os serviços aparentemente “gratuitos” são dissociados. Entre as promessas impossíveis de soluções centralizadas e as expectativas irrealizáveis do público, abre-se espaço para a ação tanto dos ambiciosos quanto dos utópicos, ambos, por motivos diferentes, dissociando os benefícios dos custos das escolhas públicas. A maneira prática de conciliar o que é visto e o que não é visto, novamente, envolve “devorar o futuro”, trocando-se pequeno benefício presente por custo significativo no futuro (p. 336).

Nesse contexto que devemos ler aquela que provavelmente é a frase mais conhecida do autor (1863a, p. 332), retirada de *O Estado*: “O governo é a grande ficção através da qual todos se esforçam para viver às custas de todo o mundo.”

A análise da dinâmica de expansão e crises do estado feita por Bastiat pode ser classificada em seu espírito como um modelo de parasitismo. Essa ideia é expressa na *Fisiologia da Espoliação* (1863a, p. 141) por meio da comparação do processo com a teoria da população de Malthus:

O estado também está sujeito à lei malthusiana. Ela tende a ultrapassar o nível de seus meios de existência, ele aumenta em proporção desses meios, que não são outra coisa que não a substância do povo. Ai das pessoas que não podem limitar a esfera de ação do estado! Liberdade, iniciativa privada, riqueza, felicidade, independência, dignidade pessoal, tudo desaparece.²⁹

Como parlamentar e publicista, Bastiat se opõe em seus escritos ao protecionismo e ao socialismo. Como teórico, sua análise da espoliação legal privilegia as consequências não intencionais da expansão do estado, sejam quais forem as motivações daqueles que defendem o uso do poder político como meio para seus planos. Nessa perspectiva, a diferença relevante

²⁸ *Il arrive que les classes privilégiées, se volant réciproquement, perdent au moins autant, par les exactions qu'elles subissent, qu'elles gagnent aux exactions qu'elles exercent. En outre, la grande masse des travailleurs, à qui l'on n'a pas pu accorder de privilèges, souffre, dépérit et n'y peut résister. Elle s'ingurge, couvre les rues de barricades et de sang, et voici qu'il faut compter avec elle.*

²⁹ *L'État aussi est soumis à la loi malthusienne. Il tend à dépasser le niveau de ses moyens d'existence, il grossit en proportion de ces moyens, et ce qui le fait exister c'est la substance des peuples. Malheur donc aux peuples qui ne savent pas limiter la sphère d'action de l'État. Liberté, activité privée, richesse, bien-être, indépendance, dignité, tout y passera.*

entre protecionismo e socialismo é apenas de grau de intervenção e a crítica a ambos os sistemas é a mesma, em termos dos efeitos da violação dos direitos de propriedade privada. Definindo o socialismo pelos meios usualmente invocados, que pedem a organização das relações pelo intermédio da ação política, o socialismo equivale no referencial bastiatiano a um sistema de espoliação universal (1863a, p. 354).

Quanto às objeções mais direcionadas aos sistemas que critica, como já tivemos a ocasião de estudar, as políticas protecionistas são criticadas em termos da sua inconsistência quando contemplamos os seus impactos em todos os setores da economia. As objeções ao socialismo, por sua vez, são dirigidas ao pretenso conhecimento superior de um planejador central em relação ao resto da população, que dispensaria processos descentralizados de aprendizado. A pretensão do planejador contrasta com a complexidade das relações econômicas que já examinamos no início das *Harmonias Econômicas*. Esse contraste entre o papel ativo do planejador e passivo da população é expresso por Bastiat (1863a, p. 364) em *A Lei* através da metáfora de um oleiro ou jardineiro em relação ao material que manipula, tal como as peças do tabuleiro de xadrez da mesma comparação smithiana:

Partindo dessa suposição, assim como todo jardineiro, de acordo com sua fantasia, corta árvores em pirâmides, sombrinhas, cubos, cones, vasos, treliças, rocas e leques, para que todo socialista, segundo seu capricho, apare a pobre humanidade em grupos, séries, centros, subcentros, células, oficinas sociais, harmonizadas, contrastadas, etc., etc.³⁰

Uma vez que já tratamos dos argumentos gerais empregados por Bastiat em sua análise de sistemas comparados, não seria útil examinar cada texto no qual essa análise é aplicada. Em vez disso, terminaremos nossa exposição das idéias do autor com o exame de dois livros menos conhecidos do autor, um relacionado ao protecionismo e o outro ao socialismo. Ambos questionam qual seria a causa da pobreza e contrastam as três concepções políticas em disputa: liberalismo, intervencionismo e socialismo.

O primeiro desses textos – *Cobden e a Liga* – foi o primeiro livro publicado por Bastiat (1864b), ainda em 1845. Essa obra contém um ensaio introdutório do autor, seguido da reprodução dos discursos dos membros da Liga Anti-Lei dos Cereais.

A publicação foi inspirada pela luta que Richard Cobden (1804-1865) e John Bright (1811-1889) e outros travaram contra o protecionismo inglês no tocante a importação de cereais. As Leis dos Cereais (*Corn Laws*), editadas a partir de 1815, regulavam o comércio de grãos, protegendo os produtores rurais ingleses da competição externa, mantendo o preço dos grãos artificialmente elevados, encarecendo os alimentos.

Estabelecida como associação nacional em 1838, a Liga Anti-Lei dos Cereais foi uma organização política dedicada a combater essa restrição comercial. Por meio de palestras, discursos e panfletos a liga foi importante para que a opinião pública e os parlamentares

³⁰ *Partant de cette donnée, comme chaque jardinier, selon son caprice, taille ses arbres en pyramides, en parasols, en cubes, en cônes, en vases, en espaliers, en quenouilles, en éventails, chaque socialiste, suivant sa chimère, taille la pauvre humanité en groupes, en séries, en centres, en sous-centres, en alvéoles, en ateliers sociaux, harmoniques, contrastés, etc., etc.*

associassem o preço elevado do pão às suas causas. Em 1846, durante a fome que atingiu a Irlanda, sob a presidência de Robert Peel (1755 - 1850), o parlamento vota pela abolição da lei.

Esse raro caso de argumentação econômica influenciando a opinião pública, de forma que os interesses difusos dos consumidores pudessem prevalecer sobre os interesses concentrados de um setor produtivo particular, naturalmente chamou a atenção de Bastiat, que começara a se dedicar a mesma luta em seu próprio país. Seu ensaio introdutório, cujo propósito é situar historicamente os discursos da liga, aplica as teses sobre produção e exploração de Comte e Dunoyer ao caso inglês.

Nesse texto, Bastiat (1864b, p. 9) atribui a pobreza existente naquele país à exploração exercida pela aristocracia inglesa, que por meio da conquista fizeram que seus descendentes, proprietários de toda terra do país, dominassem o parlamento. Essa aristocracia se dedicaria a duas modalidades de espoliação: a externa, que enriquece por carreiras militares, conquistas e colônias e a interna, que vive de impostos, cargos e monopólios. Ao contrário de aristocracias dos “povos bárbaros”, forçados à espoliação externa, a existência de atividade industrial local permitiria na Inglaterra as duas modalidades de exploração. Essas duas modalidades, para Bastiat, interagem: os descendentes dos aristocratas que não herdaram terra se dedicam às demais formas de espoliação que não sejam os ganhos derivados da valorização da terra devido às restrições legais ao comércio de grãos, tais como as oportunidades criadas pelo colonialismo e pelo funcionalismo.

Essa interpretação é defendida por Bastiat com base em uma série de evidências, que ele mesmo sumariza (p. 28-29). Entre eles, destacamos os seguintes: os aristocratas possuíam a totalidade do território; os impostos sobre propriedade se mantiveram constantes por cento e cinquenta anos enquanto a renda da terra aumentou sete vezes; o direito de sucessão naquele país não afetou propriedade imobiliária; os impostos indiretos sobre bens de qualidade inferior eram maiores do que os impostos sobre os bens de qualidade maior; durante a vigência das leis dos cereais foi estabelecido imposto significativo sobre alimentos; o sistema colonial representou transferência de recursos da população para os negócios das famílias aristocráticas e, citando estimativas de preços comparados, os produtos colônias custavam sistematicamente mais caros do que aqueles que poderiam ser obtidos nos demais mercados.

Munido dessas informações e das teses do industrialismo, a pobreza existente na Inglaterra é atribuída pelo autor à espoliação inerente ao protecionismo e não aos mercados livres. Para Bastiat (1864b, p. 29), o sistema econômico existente naquele país seria o restricionismo:

Em vez de *laisser faire*, ele impede de fazer; em vez de *laisser passer*, seria necessário impedir a passagem; em vez de deixar trocar, seria necessário impedir a troca; em vez de deixar a remuneração do trabalho para quem o realizou, seria necessário atribuí-lo a quem não o realiza!³¹

³¹ Au lieu de *laisser faire*, il empêche de faire; au lieu de *laisser passer*, il faudrait empêcher de passer; au lieu de *laisser échanger*, il faudrait empêcher d'échanger; au lieu de laisser la rémunération du travail à celui qui l'a accompli, il faudrait en investir celui qui ne l'a accompli!

Para concluir nosso estudo do autor, examinemos agora a controvérsia entre Bastiat, para quem os trabalhadores são explorados devido à ausência de direitos de propriedade privada, e Pierre-Joseph Proudhon (1809 - 1865), para quem os trabalhadores também são roubados, mas pela própria existência dessa propriedade. Embora gire em torno dos conceitos de capital e juros, assunto tratado na seção anterior, no fundo discute as concepções mais amplas sobre os sistemas econômicos em contraste.

Bastiat e Proudhon debateram sobre as funções e a legitimidade da remuneração do capital, questões implícitas na proposta deste último de criar o *Banco do Povo*, instituição que organizaria uma cooperativa de crédito gratuito entre trabalhadores e que traria como efeito o desaparecimento da cobrança de juros, que seria instrumento de exploração dos trabalhadores por parte dos capitalistas. O debate consiste em uma troca de cartas abertas publicadas no jornal *A Voz do Povo (La Voix du Peuple)* no final de 1849 e início de 1850, sendo a primeira da autoria de um editor da publicação, Charles-François Chevé (1813-1875) e as demais escritas por Bastiat e Proudhon, até que este último encerre o debate no jornal na décima terceira carta, o que provoca ainda uma réplica final por parte de Bastiat, publicada alhures³².

Como na maioria dos debates, seus participantes procuram discutir coisas diferentes. Bastiat, mais teórico, busca explicar a razão de ser dos juros a partir da teoria do capital. Proudhon, tomando o capital em seu aspecto monetário, quer discutir a viabilidade prática de seu banco. Ao longo de todo o debate, este último recrimina o primeiro por não discutir os detalhes do banco, ao passo que seu oponente lembra que propostas concretas socialistas assumem múltiplas formas e que estabelecer a necessidade dos juros na teoria excluiria logicamente propostas baseadas em sua gratuidade.

O exame detalhado do debate é interessante para aqueles interessados na arte da retórica. No que diz respeito ao pior aspecto dessa arte, a diferença de comportamento entre os dois é marcante. Em diversas ocasiões Proudhon apela a argumentos *ad hominem*, sugerindo que seu oponente seria um apologista do sistema, defensor do roubo e equivalente a um ladrão, ignorante, incapaz de escutar, aprender e raciocinar logicamente. Apesar da menor familiaridade do próprio Proudhon com a teoria econômica, na sua opinião Bastiat não saberia absolutamente nada sobre o assunto. Na última carta, trata ainda seu oponente como um homem morto, algo que de fato se tornaria verdadeiro logo depois, devido aos problemas de saúde de Bastiat. Este, por outro lado, utilizou com frequência a ironia para criticar os argumentos, mas nunca a pessoa ou as intenções de Proudhon. Apenas em sua última carta Bastiat reage à última indelicadeza, comparando-a a uma sentença de morte de inquisidor que se irrita quando sua igreja é criticada.

Para os nossos fins, o exame da controvérsia é útil para testarmos as limitações do aparato teórico clássico utilizado: ao tentar convencer seu interlocutor sobre a legitimidade da cobrança dos juros, Bastiat trata desse preço como um fenômeno relativo apenas à distribuição de riqueza – o merecimento de remuneração de um serviço real prestado por poupadores – em vez da descrição das funções desempenhadas por esse preço, o juro, em termos de coordenação

³² O debate completo é reproduzido em Bastiat (1863b, pgs. 23-63 e 120-335). Para outra análise do debate, em português, ver Cinelli e Arthman (2010).

intertemporal de planos. De maneira compatível com o referencial plutológico, a argumentação teórica de Bastiat é sempre feita sob o ponto de vista da produção. A escolha entre consumo presente e futuro é descrita em termos da decisão de poupar e investir de produtores individuais. Embora aspectos catalíticos estejam de fato presentes em sua argumentação, Bastiat nunca questionou no debate como, em uma sociedade sem juros, uma maior ou menor disposição à poupar na sociedade seria comunicada aos produtores. Apenas em sua penúltima carta a relação entre oferta de fundos emprestáveis e juros é brevemente mencionada.

A forma como Proudhon lida com o conceito de capital, por sua vez, também reflete um aspecto da plutologia clássica que, conforme argumentamos neste trabalho, se manifesta desde a obra de Turgot. Este autor, ao representar o capital em termos monetários, contribuiu para a interpretação do capital como uma entidade autônoma, capaz de crescer em valor de modo independente de decisões empresariais subjacentes. Sob a perspectiva plutológica, agregada, se a riqueza brota espontaneamente da terra e do capital, seus proprietários não desempenham funções econômicas, já que preços se referem apenas à forma como a riqueza é distribuída.

Nas cartas de Proudhon, porém, a manifestação monetária do capital, utilizada para justificar seu diagnóstico sobre as causas da pobreza como exploração do capital, não é acompanhada por concepções subjacentes muito definidas sobre o lado real da economia. Durante o debate, as funções econômicas concretas associadas aos juros dizem respeito ao risco e aos custos de transação no mercado de crédito. No esquema que propõe, trabalhadores trocam as ferramentas que produzem entre si, eliminando, segundo o autor, a necessidade de pagamento de juros.

Nesse esquema, porém, os juros desaparecem apenas porque qualquer aspecto associado à dimensão temporal do processo produtivo é eliminado. A proposta só faria sentido em uma economia estática com perfeita sincronia de processos produtivos. A reação de Bastiat no debate, de acordo com isso, consiste em enfatizar em cada uma de suas cartas o aspecto temporal inerente ao capital, por meio de exemplos nos quais produtores comparam o consumo presente menor com a alternativa dada pela poupança de recursos transformada em capital, que aumenta a produtividade do processo e compensa a poupança prévia. Usando sua teoria do valor, os juros são explicados por Bastiat em termos da remuneração associada ao serviço de criar poupança.

Proudhon, por sua vez, invoca a dialética, a história, citações das definições de capital usadas pelos economistas fora do contexto da teoria desses autores sobre o tema e até mesmo a infalibilidade da contabilidade, mas em nenhum momento trata do aspecto temporal inerente ao conceito de capital que fundamenta a crítica à sua proposta.

Depois de nossa interpretação sobre quais seriam os principais pontos envolvidos no debate, devemos expor os principais argumentos concretos utilizados no debate em si. A controvérsia se inicia com um artigo de Bastiat (1863b) intitulado *Capital e Renda*. O problema investigado é o mesmo que colocamos em seu livro sobre o protecionismo: qual é a causa da pobreza? Agora, Bastiat contraria o diagnóstico socialista, que a associa ao capital.

Bastiat se propõe então a investigar a legitimidade da cobrança de juros e da existência de perpetuidades. O ponto de partida (p. 29) é rejeição causada por perpetuidades: seria justo que

uma pessoa trabalhe de sol a sol, consumindo tudo que ganha no ano, ao passo que outro, ocioso, consume bens de luxo a partir da renda gerada pelos juros, preservando o capital intacto?

A explicação do fenômeno dos juros envolveria então para o autor revelar os fenômenos reais por trás do que seria uma ilusão induzida pela expansão das trocas e uso da moeda (p. 34), ilusão responsável pela condenação retratada no parágrafo anterior. O capital, como constatamos em *Harmonias Econômicas*, é composto por instrumentos, matérias primas e provisões. Empregando sua teoria do valor serviço, Bastiat argumenta que juros seriam pagamentos por um serviço genuíno: a provisão dos adiantamentos necessários para a formação do capital.

Para dissolver a ilusão gerada pelas trocas e moeda, Bastiat utiliza um argumento em dois passos: em primeiro lugar, concebe uma troca com equivalência de serviços, como a troca livremente acordada de uma casa por uma embarcação. Se o armador solicita, após a transação, um novo serviço, o adiamento da entrega do barco por um ano, a equivalência de serviços se dissolve e o serviço adicional requereria remuneração, que em termos monetários equivalem aos juros.

Considerando agora um carpinteiro que trabalhe 300 dias por ano, se ele reservar 30 dias para produzir uma plaina, a poupança se justifica apenas se nos 270 dias restantes o aumento de produtividade mais do que compense a ausência de produção de tábuas durante o investimento na produção da ferramenta. Considerando em seguida a economia como um todo, temos ofertantes do serviço de adiantamento, cujo preço tem que ser inferior ao ganho de produtividade que o demandante de crédito obteria a partir do emprego do capital. Na explicação de Bastiat, fica claro o *trade-off* ao longo do tempo envolvido na decisão de investimento: um aumento de produtividade gerando ganhos futuros a partir do sacrifício de consumo presente.

O texto de Bastiat suscitou a reação de Chevé, editor de *A Voz do Povo*. Em seu artigo, a primeira carta do debate, Chevé aceita que troca envolve igualdade de serviços, mas rejeita a legitimidade dos juros com base na distinção entre propriedade e uso, tal como no argumento escolástico contra a usura. No exemplo de Bastiat, o dono da casa teria cedido apenas o seu uso ao armador, não a propriedade. Isso, para Chevé, deslegitima a cobrança de juros. Ao mesmo tempo, reconhece que o uso da casa é serviço genuíno, cujo preço deve ser livremente debatido.

A inconsistência entre as duas últimas proposições é acompanhada pela ausência de explicação sobre como exatamente a natureza do serviço afetaria sua legitimidade. O autor parece ser motivado pela percepção de injustiça que estaria envolvida em uma perpetuidade: sem abdicar da propriedade, um prestador recuperaria várias vezes o valor emprestado (p. 101), assim como um inquilino pode pagar em aluguel ao longo da vida várias vezes o valor do imóvel.³³

³³ A descrição irônica que Bastiat faz em *Capital e Renda* da indignação gerada por uma perpetuidade é de fato reproduzida por Chevé na conclusão de sua carta, como algo que corroboraria sua própria opinião.

Desse sentimento de justiça, infere-se sobre o caráter de quem tem opinião contrária:

... e o juro do capital, ilegítimo, absurdo e monstruoso em princípio, espoliador de fato, comanda o anátema de todos os homens bons, a maldição das raças oprimidas e a justa indignação de qualquer um que tenha uma alma generosa e cheia de simpatia por tudo o que sofre e chora.³⁴

Como remédio (p. 107), a solução do problema social consistia no fornecimento de ferramentas ao trabalhador sem pagamento de juros, a partir do estabelecimento de um banco privado financiado por associações de trabalhadores, com capital dado por pequena parcela da renda destes últimos, que forneceria crédito sem cobrança de juros.

Em sua resposta (carta 2), ao contrário de Chevé, Bastiat atribui boas intenções (p. 112) ao seu oponente. Porém, se a tese sob exame fosse errônea, o efeito oposto, o empobrecimento dos trabalhadores, surgiria como consequência não intencional. A resposta de Bastiat se concentra em dois pontos: em primeiro lugar, uma troca não requer que os serviços trocados tenham a mesma natureza. Do contrário, qualquer troca seria condenada, como a troca entre um chapéu e dinheiro. Em segundo lugar, mostra que os juros não são obtidos como subtração dos salários, mas representa ganho mútuo, pois subjacente à operação creditícia existe investimento que multiplica produtividade do trabalho, cujo ganho é dividido entre as partes envolvidas.

Na primeira participação de Proudhon (carta 3), a distinção entre propriedade e uso é rejeitada e a tese de que empréstimo consiste em serviço útil é aceita. Por outro lado, rejeita a afirmação de que o capitalista se priva do capital que empresta (p. 125): um proprietário de duas casas, cada uma em uma cidade não pode morar nas duas ao mesmo tempo. Sendo assim, juro seria exploração e a produtividade do capital uma ficção (p. 126). A afirmação de que a cobrança de juros seria simultaneamente legítima e ilegítima é justificada pelo uso da dialética.

Quanto ao seu banco, sugere que dez milhões de trabalhadores mantenham cotas de 1%, de modo que cerca de um bilhão de francos fossem disponibilizados. A proposta funcionaria por uma espécie de trocas de ferramentas entre trabalhadores, cujo efeito seria anular os juros que um deveria ao outro. Para Proudhon (p. 129), o capital não seria produtivo, mas sim a sua circulação.

Com a concorrência fornecida pelo banco, que inicialmente cobraria 0,5% de juros, os demais bancos iriam à falência e o juro desapareceria, algo ajudado ainda pelos efeitos do aumento da divisão do trabalho, que multiplicaria as ferramentas a serem emprestadas, do aumento do capital e pela segurança pública fornecida pelo esquema. Como seu colega no jornal, Proudhon (p. 121) afirma que qualquer oposição a essa proposta revela demagogia ou defesa do absolutismo, como seria o caso da atitude reacionária de Bastiat.

Bastiat, em sua resposta (carta 4), rejeita o emprego da dialética: qualquer crítica ou defesa de alguma proposição poderia ser usada como corroboração da tese oposta. Popper, um século depois, criticará a dialética por motivo correlato: de uma incongruência lógica qualquer proposição, bem como sua negação, pode ser derivada, algo que inviabiliza o debate racional.

³⁴ Chevé, em Bastiat (1863b, p. 107).

Quanto à alegação de falta de privação por parte do capitalista, a resposta é indireta. Em vez de apelar para sua “elasticidade infinita” de necessidades, dizendo que, digamos, as duas casas poderiam ser vendidas e trocadas por outra melhor ou ainda o valor podendo ser alocado para outras necessidades, Bastiat utiliza uma redução ao absurdo: se o argumento fosse válido, ele seria aplicável também ao trabalho - como um trabalhador não produz algo para consumo próprio, não haveria privação e os salários se anulariam (p. 139). O segundo argumento também é indireto: em vez de apontar para o funcionamento do mercado de fundos emprestáveis, Bastiat (p. 139) afirma que o esquema de equalização entre empréstimos só teria sentido se desaparecessem as diferenças entre habilidade, providência, necessidades e gostos dos agentes. Por fim, a negação da produtividade do capital é combatida por ainda mais ilustrações que mostrariam o contrário. Aqui, o debate se repete e se depara com rendimentos decrescentes, de modo que só faremos menção aos argumentos novos utilizados.

Na quinta carta, Proudhon fornece uma explicação para sua menção prévia à dialética. Assim como a escravidão, a poligamia e a monarquia absoluta seriam legítimas no passado apenas, os juros seriam legítimos quando não havia alternativa. Agora, com a proposta do banco, que eliminaria sua necessidade, passa a existir uma alternativa, tornando a cobrança de juros um roubo. A não imposição do esquema é atribuída (p.151) à “má vontade e imperícia da sociedade”. Como a sociedade teria o poder de oferecer empréstimo grátis, teria o dever de fazê-lo, do contrário ocorreria um roubo.

Na sexta carta, Bastiat (p. 157) rejeita essa última implicação, indagando quem teria o ônus da prova, um mecanismo alocativo existente ou um mecanismo apenas imaginado. Além disso, ironiza (p. 160) o anarquista Proudhon, que rejeita a solução estatal em outros socialistas, mas substitui o estado pela “sociedade”, que teria a obrigação de organizar o crédito gratuito. Em termos teóricos, Bastiat (p. 161) afirma que Proudhon confunde os custos de circulação do capital com os custos de formação do capital, ou juros.

Na sétima carta, Proudhon faz uma incursão na história para ilustrar sua tese dialética, afirmando que os juros, inexistente em sociedades antigas, teria surgido a partir do contrato de pacotilha (*pacotille*), o fardo contendo bens consignados que uma pessoa oferta para venda nos locais nos quais uma embarcação aportava. Aqui, Proudhon parece associar juros com compensação por risco (p.176).

Nessa carta, surge o contraste entre as noções liberais e socialista de liberdade. Para Proudhon (186), os exemplos fornecidos por Bastiat não representariam trocas voluntárias. Isso é representado por um exemplo que adota o estilo retórico de seu oponente: um rico, prestes a se afogar, pediria a ajuda de um trabalhador, que por sua vez cobraria um preço exorbitante, já que ambos seriam livres.

Na oitava carta, Bastiat rejeita a tese sobre a origem dos juros nos contratos de pacotilha. Estes teriam origem muito anterior, desde o momento que uma primeira pessoa concebeu a possibilidade de aplicar o tempo para a obtenção de algum utensílio que envolva economia de recursos. A história do rico afogado, por sua vez, em vez de provar a tese da gratuidade do crédito, na verdade seria argumento a favor da gratuidade do próprio trabalho, que é o objeto

da troca no exemplo. Além disso, o exemplo não mostraria nada, na medida em que trata de situações extremas e não situações econômicas normais. Note, porém, que Bastiat não se refere a monopólios, já que a existência destes é uma anomalia para sua teoria do valor serviço.

Ao ignorar a discussão dos monopólios legais, estes sim contemplados pela sua teoria, Bastiat deixa passar uma excelente ocasião para uma comparação entre a teoria liberal da exploração de Comte, Dunoyer e do próprio Bastiat, que situam no poder a causa da exploração, com sua rival socialista, empregada por Proudhon, que a situa em poder de barganha originário da posse de recursos.

Na nona carta, Proudhon investe contra o que considera a ficção da produtividade do capital através do exame do Banco da França. Este, para um capital de noventa bilhões de francos, obtém uma receita por seus serviços fictícios de 3,6 milhões, um juro de 4% portanto (p. 211). Mais adiante (p. 221), tomando como capital o estoque de moeda do país, gera ainda outra estimativa sobre o montante de juros pago na sociedade.

Na décima carta, Bastiat utiliza o exercício empreendido acima como prova de sua tese inicial, segundo a qual a crítica aos juros é baseada na confusão entre riqueza e dinheiro. No caso em questão, isso se revela quando o estoque de moeda é tomado como representativo do capital existente no país. Além disso, o exame do balanço do Banco da França não revelaria nada a respeito do debate, pois tal banco operaria com vantagens regulatórias, protegido dos efeitos da competição.

Na décima primeira carta, Proudhon recorre às definições de capital que encontra na obra dos economistas, para concluir que estes não saberiam nada sobre o assunto. Como vimos, para Proudhon instrumentos de trabalho circulam entre produtores. Esses instrumentos não seriam capital, apenas bens. Capital surge apenas quando existe avaliação monetária dos bens (p. 242):

O capital não forma, como os economistas ensinam, uma quarta categoria além da terra, do trabalho e do produto: ele simplesmente indica, como eu disse, um estado, uma relação; é, pela confissão de todos os autores, o produto acumulado e destinado à reprodução.³⁵

Para o propósito do autor, a saber, definir capital como instrumento de exploração, o capital é visto apenas em sua dimensão monetária e, de forma crucial, a produção é dissociada de qualquer aspecto temporal.

Na segunda parte da carta, Proudhon apela à contabilidade, que demonstraria matematicamente a viabilidade de sua proposta de crédito gratuito. Ele apresenta as transações de trabalhadores e capitalistas em um ambiente com juros e depois dois indivíduos em ambiente com gratuidade do crédito. Neste último, um indivíduo não possui ferramentas inicialmente, tomando empréstimo junto ao banco e produzindo, prometendo devolver o principal ao emprestador. Em relação à situação prévia, ele ficaria com mais recursos, pois no final do período não paga juros.

³⁵ *Le capital ne forme point, comme l'enseignent les économistes, une quatrième catégorie avec la terra, le travail e le produit: il indique simplement, comme j'ai dit, un état, un rapport; c'est, de l'aveu de tous les auteurs, du produit accumulé et destiné à la reproduction.*

Embora Bastiat tenha se negado anteriormente a analisar os detalhes do Banco do Povo, preferindo estabelecer a função dos juros em termos teóricos, o detalhamento da proposta forneceu a oportunidade tornar claro, na décima segunda carta, qual é o problema básico da proposta: a ausência de explicações sobre a origem da poupança, que acaba sendo substituída por emissão monetária. Para Bastiat (1863b, p. 272), o detalhamento da proposta confirma sua hipótese inicial de que a riqueza teria sido confundida com o dinheiro:

Você acaba de prestar à sociedade um serviço notável. Até agora, o crédito livre permaneceu envolto em nuvens filosóficas, metafísicas, econômicas, antinômicas e históricas. Submetendo-o ao teste simples de contabilidade, você o faz descer dessas vagas regiões; expondo-o nu a todos os olhares; todos podem reconhecê-lo: é o dinheiro de papel.³⁶

No exemplo contábil apresentado por Proudhon, um indivíduo A adquire título no valor de mil francos, B recebe \$990 (descontando-se taxa de administração) e o emprega na aquisição de bens de capital. B trabalha e gera rendimentos de 10%. Paga os \$990 ao banco e fica com \$99 de lucro. Nessa história, pergunta Bastiat (p. 275), por que o agente A pouparia e caso o fizesse, que garantias ele teria? Se a poupança vem de fora do sistema, digamos, por empréstimos ao Banco da França, quem emprestaria a este último receberia juros e o contribuinte subsidiaria o agente A. Alternativamente, supondo o que se quer provar, ou seja, a existência de poupança prévia gerada internamente, se o banco não alterar a natureza humana, o que garantiria que B não gastaria o valor no cabaré, C com sua amante e D em projetos absurdos?

O apelo à emissão de moeda conforme a demanda de empréstimos surgir tornaria a promessa de emprego produtivo não crível, encorajando empreendimentos inviáveis e especulações. Se com juro nulo a demanda de crédito dispara, atraindo tomadores com maior risco, o banco teria que agir de maneira inquisitorial para apurar confiança. Ao mesmo tempo que a demanda aumenta, do lado da oferta não existiriam motivos para disponibilizar recursos, a não ser por emissão. O prestador A gostaria de se desfazer de seus títulos e pediria um preço mais elevado pelos seus produtos, obtendo juros de forma indireta. Diante do aumento de preços com as emissões, o governo decretaria um controle de preços?

Para Bastiat, o esquema proposto pelo banco, se implementado, o levaria rapidamente à falência. Se generalizado, desorganizaria a economia, prejudicando os mais pobres. De forma provocadora, Bastiat conclui (p. 279) que o crédito gratuito é roubo, convidando Proudhon a esposar sua própria proposta de liberdade bancária no lugar do crédito gratuito. A concorrência no setor bancário teria, segundo o autor (p. 287), o poder de reduzir os três componentes dos juros: os juros originais, ou remuneração pelos adiantamentos, os custos de circulação e o prêmio de risco. Nas duas últimas intervenções, nem Proudhon nem Bastiat acrescentam argumentos novos, se limitando a resumir o debate segundo a interpretação de cada um e trocar munição retórica.

O debate com Proudhon ilustra ainda uma vez a essência do pensamento econômico de Bastiat. Em sua concepção econômica, os fenômenos de mercado são relacionados com um modelo

³⁶ *Vous venez de rendre à la société un signalé service. Jusqu'ici la gratuité du crédit était demeurée enveloppée de nuages philosophiques, métaphysiques, économiques, antinomiques, historiques. En la soumettant à la simple épreuve de la comptabilité, vous la faites descendre de ces vagues régions; vous l'exposez nue à tous les regards; chacun pourra la reconnaître: c'est la monnaie de papier.*

econômico que contemple as inter-relações entre setores, considerando a atividade econômica em todos seus aspectos centrais, ou seja, as necessidades humanas, os esforços empreendidos e a satisfação dessas necessidades. Um retrato da economia que ignore algum dos componentes inter-relacionados, como a origem da poupança, no debate em questão, faz com que as propostas de políticas resultem em consequências não intencionais opostas ao desejado. Não por acaso *O que é Visto e o que não é Visto em Economia Política*, que captura a essência de sua Economia, foi a última e mais importante publicação de Bastiat.

Referências

BASTIAT. F. **Sophismes Économiques et petits pamphlets I**. Oeuvres Completes, vol. 4, 2^a. ed. Paris: Guillaumin, 1863a.

BASTIAT. F. **Sophismes Économiques et petits pamphlets II**. Oeuvres Completes, vol. 5, 2^a. ed. Paris: Guillaumin, 1863b.

BASTIAT. F. **Harmonies Économiques**. Oeuvres Completes, vol. 6, 5^a. ed. Paris: Guillaumin, 1864a.

BASTIAT. F. **Cobden et la Ligue: l'agitation anglaise pour la liberté des échanges**. Oeuvres Completes, vol. 3, 3^a. ed. Paris: Guillaumin, 1864b.

BASTIAT, F. **Selected Essays on Political Economy**. Irvington: The Foundation of Economic Education, 1995.